

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Sociais Departamento de Antropologia

Monografia de Graduação

Sem Sertanista não há Sertão.

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Banca examinadora:

Dr. Stephen Grant Baines

Dra. Marcela Stockler Coelho de Souza (orientadora)

Igor Omar de Araujo Abdel Karim

Brasília, Abril de 2013.

Resumo.

Esta monografia é uma proposta de compreender alguma das formas que é estruturado o discurso que sustenta a (noção de) isolamento atribuída a alguns dos povos indígenas do Brasil. Os índios isolados são beneficiários de um tratamento distinto, comparado com outras categorias de índios, no âmbito da política indigenista oficial do Estado brasileiro e na qualidade das ações de proteção dos direitos indígenas promovidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Neste trabalho são abordados dois eixos principais de onde emanam as reflexões sobre o índio isolado: a representação histórica da diferença entre tipos de índios, por meio do olhar da administração colonial portuguesa até a formação do Estado brasileiro; e o papel político dos Sertanistas, como agentes do Estado, em promover políticas indigenistas que contemplem a complexidade do isolamento de grupos indígenas perante a expansão da sociedade nacional em seus territórios.

Palavras chave: sertanistas, índios isolados, indigenismo

Abstract.

This monograph purposes to understand some of the ways in which the discourse that sustains the (notion of) isolation bestowed upon some of the indigenous groups in Brazil is structured. From the Brazilian State perspective, the isolated indians deserves a distinct treatment compared with other types of indians, specially concerning different protection policies promoted by the National Foundation of the Indigenous Peoples – FUNAI. In this work two main subjects are approached: first, the historical representation of the several differences between types of indigenous groups, in the view of the Portuguese colonial administration until the formation of the modern Brazilian State; second, the political contribution of the *sertanistas* (agents whom are capable of find isolated indians living in the jungle), as State agents, promoting policies that may tackle the complex notion of indigenous isolation face the expansion of the national society in their territory.

Keywords: sertanistas, isolated indians, indigenism,

Índice

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos..... | vii |
| Lista de Siglas..... | ix |
| Anexos..... | xi |
| Introdução | 3 |
| Capítulo I – O Retrato da Diferença..... | 10 |
| Diversas representações dos índios..... | 10 |
| O isolamento como discurso..... | 19 |
| Capítulo II – Sertanistas e suas práticas | 25 |
| Bandeiras e Entradas..... | 25 |
| De Rondon à Possuelo..... | 34 |
| I Encontro de Sertanistas..... | 46 |
| O Sistema..... | 54 |
| Capítulo III – A CGIIRC | 62 |
| Sertanistas de Bureau..... | 62 |
| Malárias e Flechadas..... | 78 |
| Alguns casos do isolamento..... | 87 |
| Conclusão..... | 92 |
| Bibliografia..... | 94 |

Agradecimentos

Agradeço a minha família, especialmente Dona Iracy, Chaimaa e Irany, por me darem apoio incondicional em minha empreitada de graduação.

Agradeço aos meus amigos e colegas das ciências sociais Gustavo, Luiz Guilherme, Rafa e Ester, os quais pude discutir, canalizar e sublimar grande parte de minhas inquietações.

Agradeço a minha Orientadora, Marcela, pela sua orientação, pelos *insights* que expandiram minha consciência e pela paciência e compreensão que teve comigo.

Agradeço à Rosa e ao Paulo, que sempre me ajudaram a superar os percalços administrativos durante minha experiência acadêmica.

Agradeço à minha companheira Gundi, que esteve comigo dando força nas piores e melhores horas do processo de criação desta monografia.

Agradeço os meus colegas de FUNAI, pela rica experiência compartilhada durante minha estadia na CGIIRC, em especial Txai Terri, Batatinha, Leonardo Patrício, Ester, Ari, Antenor, Elias, Marizilda, entre outros.

Rendo minha homenagem póstuma à um exemplo de pessoa, a qual admiro muito pela sua força, determinação e coragem, minha querida colega Marina Ravazzi.

Agradeço também pela experiência de estar vivo e dividir este momento com pessoas muito queridas.

Lista de Siglas

CII – Coordenadoria de Índios Isolados
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CGIIRC – Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
DEII – Departamento de Índios Isolados
FA – Frente de Atração
FBC – Fundação Brasil Central
FPE – Frente de Proteção Etnoambiental
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ISA – Instituto Sócio Ambiental
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAN – Operação Anchieta, depois Operação Amazônia Nativa
PF – Polícia Federal
PIX – Parque Nacional do Xingu
SPI (SPILTN) – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPII – Sistema de Proteção aos Índios Isolado
SUER – Superintendência Executiva Regional
TI – Terra Indígena

Anexos

| | |
|--|----|
| Foto: Sobrevôo das malocas de índios isolados no Acre..... | 1 |
| Foto: Domingos Jorge Velho, tela de Benedito Calixto..... | 17 |
| Foto: Francisco Meirelles com índio Kubenkrangnoti..... | 23 |
| Foto: Sydney Possuelo em expedição que contatou os índios Korubo Isolados..... | 32 |
| Foto : Sydney Possuelo na FA Parakanã..... | 44 |
| Foto: Sertanista Rieli Franciscato e Binin Matis na expedição de localização no rio Bóia..... | 52 |
| Foto: Expedição de localização dos isolados pela FUNAI no Rio Boia, Vale do Javari..... | 60 |
| Figura 1 – Localização e áreas de atuação das frentes de proteção etnoambientais no Brasil..... | 65 |
| Figura 2 – Onça Morta após Atacar a Base da Frente Envira..... | 74 |
| Foto: José Carlos Meirelles e a equipe de sobrevôo para vigilância dos isolados no Acre..... | 76 |
| Foto: Carlos Travassos, Francisco Meirelles e seu filho Artur Meirelles, na base da FPE Envira durante a crise com os narcotraficantes peruanos..... | 85 |
| Figura 3 – Índio do Buraco..... | 88 |
| Figura 4 – Titiu e Mondé..... | 89 |
| Figura 5 – Índios Korubo se aproximando de uma embarcação no Vale do Javari..... | 91 |



Foto: Sobrevôo das malocas de índios isolados no Acre, 2009. Créditos: Gleison Miranda, AG Notícias.

Introdução

Only in the darkness
can you see the stars.
(Martin Luther King Jr.)



Foi um anúncio, pregado no quadro de avisos do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UnB, que cativou minha atenção e me mobilizou para o trabalho do qual esta monografia é fruto. O anúncio era uma chamada para entrevista de seleção de candidatos para uma vaga de estágio na FUNAI. Por curiosidade me aproximei do papel e foi neste momento, quando consegui ler as letras miúdas, que decidi me candidatar. As palavras eram “Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados da FUNAI”, especificamente “índios isolados”. Minha imaginação foi a mil por hora, tentando entender que tipo de coordenação era esta, que tipos de trabalhos, o que eram estes índios, e assim por diante.

Nunca tinha me interessado por políticas indigenistas e a FUNAI, antes deste episódio. Não possuía esse fascínio por etnologia, nem pela floresta. Porém a ideia de comunidades vivendo às margens do sistema-mundo capitalista, renegando valores que são onipresentes na modernidade, como roupas, artefatos tecnológicos e a disposição de ser documentado e registrado pelos mecanismos de gerência do Estado, além de compreender os dilemas deste Estado em conseguir administrar esta situação, cativaram minha curiosidade, motivando minha inscrição para o processo de seleção. A seleção foi simples, os avaliadores nos recomendaram uma leitura introdutória sobre

os povos indígenas do Brasil, e respondemos um pequeno questionário. Com muita sorte, fui aprovado.

A Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados – CGIIRC - foi o local do meu campo durante dois anos, enquanto ocupei a vaga de estagiário no Arquivo Geral de Documentos. Ficava grande parte do tempo só, eu e os espíritos, cercado de ácaros e fungos de todas as espécies, numa fortaleza de arquivos de aço, com documentos que remontam a época do SPI. Minha função principal era auxiliar os trabalhos de pesquisa no arquivo, assim como administrar seu conteúdo, inclusive seu espaço físico.

Quando comecei minhas atividades na FUNAI, não tinha a menor ideia de que existissem ainda grupos ou pessoas passíveis de serem ditos “isolados”. Acreditava que a “modernidade” e o sistema-mundo capitalista já tinham mapeado, circunscrito e se apropriado de quaisquer espaços apreensíveis pela minha sensibilidade. Obviamente que essa imagem era fruto de minha própria limitação, de minha concepção específica de mundo, pois não nego que sou fruto de minha geração e de circunstâncias particulares de vida. Mas foi como esforço em compreender o que é o isolamento que concebi minhas atividades de pesquisa nesta oportunidade de estágio. Meses após seu início, já absorto em meu trabalho e cada vez mais familiarizado com os documentos disponíveis sobre as atividades da CGIIRC, o isolamento começou a me parecer puramente retórico, já que abundam os registros de uma intensa circulação e relação dos integrantes destas comunidades isoladas com a sociedade nacional. Colares de plástico coletado em fazendas e nas periferias das cidades¹, terçados, lonas e até preservativos usados já foram registrados em locais de prévia ocupação destes grupos, o que fazia mais sentido dentro da minha noção de mundo onde é “impossível de se isolar.” Estes indícios também subverteram qualquer esforço em atribuir a categoria de “isolados” a estes indígenas. Foi somente por meio da pesquisa no Arquivo da CGIIRC e concomitantemente participando das atividades promovidas pela Coordenação, que pude rever os meus conceitos sobre o isolamento, dando vazão ao esforço desta monografia.

Creio que a metodologia de pesquisa mais utilizada durante minhas estadia na FUNAI foi a observação-participante, além de uma pesquisa documental circunscrita ao arquivo da CGIIRC e posteriormente uma tentativa de diálogo com a bibliografia disponível sobre o assunto. Mantive separadamente dois cadernos de campo, um onde registrei as informações que fui coletando sobre vários questionamentos que surgiram durante a pesquisa e o outro serviu como um pequeno diário, onde dispus minhas frustrações pessoais e alegrias durante esta jornada. Me omiti de fazer

1 Este fato específico, foi documentado em audiovisual e integra parte do documentário *Corumbiara*, de Vincent Carelli (Carelli, 2009)

entrevistas, comprometendo o desenvolvimento de um argumento mais aprofundado, por um motivo: em primeiro lugar, o espectro de questionamentos suscitados durante a pesquisa foi difícil de administrar, já que o campo é intensamente rico, provendo diversas direções de pesquisa. Um estudo do sistema burocrático e administrativo da CGIIRC pareceu-me, por exemplo, um caminho profícuo para analisar o conceito de isolamento dos índios, já que são os coordenadores da CGIIRC que interpretam a natureza desta condição de maneiras específicas. Além disso, a análise das comunidades indígenas e dos fatores que as estruturam como isoladas, suas vulnerabilidades e estratégias possíveis para sua proteção são pensadas dentro do aparato administrativo. Outro questionamento refere-se às limitações de ação da FUNAI, constrangimentos orçamentários, recursos humanos e dilemas políticos influenciam a concepção do isolamento. Os longos anos de experiência dos sertanistas, assim como seus ideários e particularidades individuais é um outro fator que pluraliza a noção de isolamento indígena, pois estes são os funcionários mais aptos para efetivamente estruturar as ações de competência da CGIIRC em campo, nos recônditos da floresta, em lugares extremamente difíceis de se acessar e trabalhar. Cada um destes fatores descritos merecem atenção privilegiada e um trabalho minucioso, trabalho este além de minha capacidade como graduando em antropologia.

O processo de pesquisa de campo foi focado em uma leitura e análise dos documentos disponíveis no arquivo. Após o término do campo, já no processo de escrita desta monografia, percebi que a falta de material coletado em entrevistas com os sertanistas e funcionários da CGIIRC abriu diversas lacunas que comprometeram o melhor desenvolvimento do tema. Foi um percalço consequente de minha opção em delinear uma estratégia de pesquisa que se mostrou incapaz de lidar com a complexidade do campo. Não percebi em tempo hábil que as entrevistas seriam importantes em auxiliar no crescimento do tema, por um descompasso temporal entre a definição do foco e a pesquisa de campo.

Após uma análise das opções e formular algumas estratégias para a pesquisa, decidi me centrar na noção do isolamento indígena, focalizando sua produção no âmbito do órgão indigenista e especificamente na fala dos sertanistas. Pretendi entender algumas das maneiras pelas quais os sertanistas, por meio de suas práticas, conseguiram acumular capital político para influenciar a política indigenista oficial do Estado. Cabe enfatizar aqui, que a CGIIRC é o fruto de uma ruptura, (articulada pelos sertanistas da FUNAI) com o paradigma de atração e pacificação, que marcou os trabalhos do SPI e da FUNAI, desde os anos de Rondon até o fim da década de 80. Como consequência da mobilização destes sertanistas, os processos de atração, pacificação e aldeamento

dos índios isolados foram modificados, delineando-se uma nova política de proteção para esses índios e criando uma nova competência para o Estado brasileiro: a de preservar o isolamento. Além disso, esta mudança gerou consequentemente um debate que vem influenciando a política indigenista de outros países da América do Sul e teve impacto inclusive sobre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em 2010, na discussão de diretrizes de proteção dos povos indígenas isolados na Amazônia e no Chaco paraguaio.²

A pluralidade das práticas sertanistas, incluindo expedições no coração da selva amazônica, a administração de postos avançados de vigilância localizados em lugares de difícil acesso, quanto a gestão administrativa e burocráticas das ações, a articulação política (por vezes extremamente complexa e atribulada) com outras esferas governamentais e não-governamentais são de uma amplitude inacessível à uma pesquisa de graduação. Porém, na minha vivência na CGIIRC, pude observar que a natureza do trabalho de sertanista é intrinsecamente ligada com a capacidade psíquica e corporal destes agentes em sofrer as vicissitudes da selva e intempéries de todos os tipos. Além das ameaças de morte por garimpeiros, lenhadores ilegais, grileiros de terra, narcotraficantes e outros do tipo, há as diversas malárias, as flechadas dos isolados, os muitos meses sem contato com a família. O corpo do sertanista, como um veículo capaz de sobrepujar dificuldades pareceu-me assumir um lugar central em suas histórias de vida e em seus discursos, tal como registrados em documentos do Arquivo da CGIIRC e outras fontes bibliográficas. Optei assim por centralizar a minha análise neste discurso sobre o corpo.

Partindo da reflexão de que Cândido Rondon, como figura mítica e patrono do sertanismo, operou um processo de mediação entre a sociedade nacional e os grupos indígenas que foi inspirada frouxamente nas ações dos bandeirantes (Souza Lima, 1987 : 166), decidi traçar nessa monografia um panorama das práticas de contato, desde os primeiros encontros entre índios e colonos portugueses no Séc. XVI, até os dias de hoje. Souza Lima chama esta pretensa continuidade de práticas como “tradição sertanista”.

Por “tradição sertanista”, a que mais interessa aqui, compreendo um conjunto de saberes que, apesar de sua alteração ao longo do tempo, remontam aos primórdios da exploração portuguesa na África, especificamente nos espaços afastados do litoral – os *sertões*. Trata-se, na origem, de um termo usado pelos portugueses para designar as práticas de exploração nos diversos contextos do mundo colonial lusitano desde o fim do século XV. (Souza Lima, 2002 : 4)

2 A ONU solicitou uma reunião técnica em Brasília junto à CGIIRC que ocorreu em Maio de 2010, com o fim de discutir a redação de um documento que estabeleça diretrizes internacionais para a proteção dos índios isolados.

Um dos problemas dessa tomada de decisão, a partir da análise dos documentos e obras bibliográficas consultadas, foi a incapacidade de conseguir pontuar exatamente quando se deu a transição terminológica e semântica entre bandeirismo e sertanismo. Assim, não pretendo afirmar que há uma continuidade histórica total destes movimentos, porém a ação de entender o bandeirismo provou auxiliar minha compreensão do sertanismo.

O primeiro capítulo é assim um apanhado de registros históricos sobre as diversas representações dos indígenas desde os cronistas seiscentistas e as diversas análises sobre o isolamento em trabalhos acadêmicos da atualidade. Decidi incluir este aspecto na pesquisa com o fim de complementar o entendimento sobre o discurso do isolamento. Se o isolamento é um tipo diferenciado de relação entre a sociedade nacional e algumas comunidades indígenas, em comparação com os índios “não isolados”, pretendi fazer um resgate destas relações de isolamento – ou hostilidade – contra os brancos, desde o ponto de vista da administração colonial portuguesa até os dias de hoje.

O segundo capítulo é focado numa pesquisa documental e bibliográfica sobre o sertanismo, os sertanistas e as diferentes políticas que orientaram suas atividades. De grande valia para composição deste capítulo foi a tese de doutorado de Carlos Augusto da Rocha Freire, intitulada *Sagas Sertanistas* (2005), onde o autor fez uma extensa pesquisa sobre as tradições sertanistas e o ideário dos principais sertanistas que influenciaram a política indigenista atual, notadamente Rondon, Francisco Meirelles, os irmãos Villas Bôas e Sydney Possuelo. Entendi que era importante para articular minha pesquisa de campo conhecer as figuras emblemáticas na história do sertanismo e entender como se deu esta transição entre a política integracionista de atrair e pacificar os índios para a política de proteção do isolamento destes.

No terceiro capítulo, descrevo minhas experiências de pesquisa durante os dois anos que estagiei na CGIIRC, assim como ofereço uma idéia geral de sua estrutura e os trabalhos desenvolvidos por ela. Neste capítulo, trato também de algumas narrativas sobre a questão do corpo e de como estes valores de bravura e abnegação dos sertanistas são componentes que agregam legitimidade ao poder discursivo que dá continuidade às políticas de proteção dos isolados e a própria noção do isolamento.

De minhas observações, foi necessário entender como se desenvolviam as categorias discursivas referentes ao isolamento, nas fontes documentais e bibliográficas. Pretendo percorrer este amplo tema de forma sucinta e organizando subcategorias de acordo com o século em que os documentos foram produzidos, a região do País circunscrita e as posições e relações políticas de

quem os produziu. Se tratando de entender a representação dos índios, como bravos, hostis ou isolados, fiquei circunscrito à imagética, os símbolos e suas cargas semânticas, que diferenciam os índios isolados e os índios contatados. Orientei minha análise para o “branco” que escreve sobre o índio e seus interesses em nomeá-los como bravos, mansos, contatados ou isolados. Obviamente que estas representações foram se transformando de acordo com a sua época e seus artífices, porém minha principal razão em entender a representação dos indígenas nestas obras é de verificar o quanto o isolamento é uma estratégia política, tanto da parte dos grupos indígenas que repudiam o contato, quanto do interesse dos brancos interessados em caracterizá-los como isolados ou não, e portanto alvos específicos da política para isolados.

Para a construção da noção de isolamento da perspectiva atual da CGIIRC, me foi necessário partir da hipótese de que o isolamento do índio é, na atualidade, uma estratégia do Estado, sendo este representado pelos integrantes da Coordenação. Também há registros de que o isolamento é pensado, obviamente com diferentes sentidos, entre os atores índios e não índios que estão em contato mais próximo com os grupos isolados. Há um imaginário ativo sobre os índios isolados nas regiões onde houveram registros de encontros com estes grupos, em parte documentada, que também enriquecem o entendimento do isolamento.

Há no ideário dos sertanistas da Coordenação características observáveis nos grupos indígenas sob sua responsabilidade que ordenam qual será a política utilizada pela FUNAI para dirigir suas atividades de proteção. Partindo do pólo do *isolamento*, progressivamente percorrendo o trajeto que culminará com o *aculturamento*, há uma categoria intermediária chamada de *Recente Contato*, onde o isolamento já foi “perturbado” por diversos motivos, o que seria meio caminho andado no processo que culminará com a formação da categoria “Índio não isolado”, que representa simbolicamente todos os encontros e desencontros da política indigenista oficial e seus efeitos problemáticos. Porém a título de *mea culpa*, os diversos mecanismos usados pelos sertanistas para classificar os grupos entre “isolados” e “recém-contatados”, tanto quanto exemplos desta transição, não foram aprofundados em minha pesquisa.

Além de analisar a representação do índio, é importante entender o *Sertanismo* como poder discursivo, como retórica, pois é desta entidade, o *sertanista*, que emana o discurso do *isolamento*. Precisei fazer um pequeno resgate do que é a profissão de *Sertanista*, aquele que na prática cria o índio isolado, já que, este não passa de uma informação desconexa ou de algum boato de ribeirinho sem plausibilidade, caso *não haja um envolvimento personalista, subjetivo e abnegado de um Sertanista*, disposto a mobilizar os esforços necessários para a produção destes corpos. Em muitos

casos, não há índios isolados sem um sertanista para localizá-los. Cada sertanista dos quadros da FUNAI possui um critério distinto e pessoal de *isolamento*. Sem a presença pessoal dele, a ocupação do espaço pelo seu corpo, a transfiguração do Estado Moderno em um corpo de um sertanista, capaz de navegar as trevas da floresta, empoderado pelo sofrimento, pelo idealismo, pela luta política, pelas malárias e afins, não há como se confirmar se há ou não uma referência válida de que existem índios isolados nos locais suspeitos.

A própria noção contemporânea de política indigenista especialmente endereçada às populações isoladas foi fruto de um encontro de sertanistas ocorrido em 1987 na FUNAI, organizado por Sidney Possuelo³, o qual produziu um protocolo operacional e político específico para os isolados. Este protocolo ampara desde as formalidades legais do novo paradigma político, até questões logísticas simples para as expedições, como lembrar de levar para o campo os manuais de instruções de motores e aparelhos eletrônicos e tomar cuidado com calças jeans novas, pois estas ocasionam em assaduras entre as pernas. É explícito em alguns documentos que o sertanista conquista legitimidade, tanto por uma prática socio-técnica exclusiva da vida solitária e árdua na floresta, quanto de um ideário genuinamente preocupado em contribuir à causa indigenista. Se o índio isolado se faz em relação, tanto com o branco quanto com o “outro” índio [não isolado], anteriormente ele precisou ser “localizado” por um sertanista.

3 Este encontro de seis dias em junho de 1987 produziu o *Sistema de Proteção Ao Índio Isolado*, FUNAI, 1987, o qual será discutido com profundidade durante o segundo capítulo.

Capítulo I – O Retrato da Diferença

Ah, se as coisas fossem assim
tão simples! Se num dado lugar
houvesse pessoas de alma
perversa, tramando
insidiosamente a perfídia, e se
a solução fosse somente
separá-las das restantes e
aniquilá-las! Mas a linha que
separa o bem do mal atravessa
o coração de cada pessoa. E
quem está disposto a destruir
um pedaço do seu próprio
coração?

(Aleksandr I. Solzhenitsyn, O Arquipélago Gulag 1918-1956)



Diversas representações dos índios

Quando comecei meus trabalhos na Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, minha ideia de isolamento era uma imagem ingênua, de comunidades intocadas pela história colonial, conservando seus modos de vida desde tempos imemoriais, como em uma comuna ou comunidade alternativa, renunciando por opção consciente a uma circulação de objetos “brancos” que é imposta ao resto do Mundo. Prístinos, românticos e vulneráveis. Estava no 5º

semestre do curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB) e me debruçando sobre uma incógnita muito mais complexa do que imaginava.

Após o primeiro ano de trabalho na Coordenação, minha perplexidade somente aumentara, já que mesmo desconstruindo a noção idílica do isolamento, ainda sim não conseguia apreender esta situação de uma maneira satisfatória, que sanasse minha curiosidade. Os exemplos de isolamento que me deparava na FUNAI eram díspares, singulares, cada um com suas características específicas, porém todos nomeados sob o mesmo conceito. Foi necessário começar um processo de entendimento que transbordasse as referências contidas em meu trabalho, nos documentos, relatórios e narrativas sobre o isolamento, circunscritas às práticas da Coordenação.

Munido de minha questão primordial sobre a natureza deste isolamento, tracei uma estratégia de estudos, com o fim de perceber como um grupo indígena se torna isolado. Minha primeira noção, sob uma perspectiva histórica e pensando a ocupação colonial no Brasil, parte da ideia de que houve um processo onde os índios eram maioria e se tornaram minoria, ou seja, inicialmente eram os portugueses os “isolados”, enquanto agora são os índios. Porém quando comecei a estudar como a presença indígena aparece do ponto de vista dos brancos e do Estado ao longo da história, aos poucos me foi revelado que o isolamento sempre existiu, como um movimento representacional e político. Sempre houve um *outro* índio, uma entidade mais distante e menos negociável, para o branco. E esta entidade é produzida pela perspectiva do branco, em antagonismos com outros brancos e outros índios. O “isolado”, para um calvinista francês, não é o mesmo que para um missionário espanhol ou um administrador português, pois cada um destes estabeleceu relações com diferentes grupos indígenas, usando critérios distintos para caracterizar o que seria o índio bravo que é propenso a ser o “outro”, mais distante do índio “contatado”, o qual já tinha uma relação mais regular com os brancos.

Foi a partir da análise do discurso sobre o “outro” índio que reuni um material historiográfico sobre as representações referentes aos povos indígenas, desde os cronistas seiscentistas até os dias de hoje. Este será o ponto de partida para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a produção histórica do *isolamento*.

O ameríndio foi fruto da fascinação dos primeiros exploradores europeus, sendo o tema central de várias crônicas produzidas ao longo do séc. XVI, iniciadas por Cristóvão Colombo, Américo Vespucci e, no nosso caso específico, Pero Vaz de Caminha. Consequentemente, ao longo da intensificação do contato entre os dois continentes, diversos cronistas, cosmógrafos e curiosos geraram suas reflexões sobre o nativo americano, surgindo daí uma polifonia nas representações

sobre os indígenas. A própria palavra “índio” somente começa a denominar os nativos do Brasil a partir da segunda metade do séc. XVI, funcionando como um marcador de distinção entre os nativos submetidos pela escravidão ou pelo trabalho missionário nas aldeias, contrapondo-se ao termo “gentio”, referente aos indígenas independentes da influência direta dos poderes coloniais, (Carneiro da Cunha, 2009 : 183). A palavra “índio” é utilizada como um operador de dessemelhanças políticas entre nativos “próximos de nós” e “distantes”, porém ainda passíveis de submissão (Monteiro, 2003: 19).

Os elementos principais da incipiente inclusão deste novo espaço na cosmologia européia no primeiro momento colonial no Brasil, são de duas ordens: a do espaço territorial e a da produção de corpos. Se tratando do território, os portugueses irão ativar a distinção criada em sua prévia experiência colonial na África, já que por excelência os portugueses são os responsáveis por proporem as grandes navegações da era do descobrimento (Fonseca, 1992 : 45), por desenvolverem o primeiro dispositivo capaz de singrar os mares sem precisar circunavegar as costas, pelo fato de possuir velas latinas com o poder de navegar à bolina⁴, a *Caravela*. As áreas não costeiras, afastadas do litoral, eram nomeadas *sertão* e deram margens às práticas de explorar as suas incógnitas, estabelecendo uma relação entre as feitorias no litoral e o interior do continente, assim expandindo a produção de espaços dentro da lógica colonial portuguesa (Souza Lima, 2002 : 5). Na produção de corpos, o binômio mais utilizado foi o *gentios/cristãos*, como já mencionado, tanto na experiência colonial do subcontinente indiano, quanto na África meridional e na América. (Manso, 2001 : 4).

Na Carta de Caminha se inicia a primeira operação de projeção de alteridade entre brancos e índios sob a égide do interesse colonial. Por meio de sua interpretação dos códigos não verbais no primeiro encontro com os nativos brasileiros, Caminha estrutura o espaço de relação por meio do binômio “nós” e “eles”, pois automaticamente se pressupõe que no instante do descobrimento, quando os portugueses estão no navio e são visitados pelos indígenas, toda a terra observada é propriedade do rei de Portugal e seguindo esta lógica, os *brasis* seus súditos. Sublinhando a qualidade de *tabula-rasa* dos indígenas, Caminha sugere a necessidade da coroa empreender prontamente a missão de domesticá-los e de colonizar suas almas. Ao pensar esta relação de conversão, Caminha procede a “inscrição de um discurso imperialista sobre o espaço colonial” (Bonnici, 2000 : 54). Os índios são vistos como um espaço de projeção colonial, sendo assim, a primeira fronteira do *Sertão*. Segundo Caminha:

4 Navegar contra o vento, em zigue-zague, crucial para cruzar o equador, do hemisfério norte para o sul e vice-versa.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fê, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fê católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim! (Caminha, 1500/1963)

Na progressão do espaço luso sobre o sertão, da proa do navio para a terra firme, começam a se normalizar as relações de aliança com os Tupinambá, acompanhando o processo de povoamento colonial, intensificando o recrutamento de mão de obra indígena e a ativação de alianças militares para repelir outras nações indígenas, antagônicas à intenção portuguesa. A partir desta relação, começam a surgir as estratégias representacionais da alteridade que vão fundar a nomeação de entidades com as quais não é possível negociar, os índios *tapuia* (Monteiro, 2001), *bárbaros*, *aimoré*, *gentios* ou *bravios*.

Um dos marcadores explorados pelos cronistas foi a antropofagia, questão muito provocativa para os europeus, que produziram discursos interessantes. Américo Vespucci em suas *Cartas à Lorenzo di Pier Francesco de'Medici* (1500 – 1502), nomeia os habitantes das ilhas caribenhas de *Canibais*, descrevendo a natureza da antropofagia como uma consequência das guerras de vingança.

Supimos que son de una gente que se llaman caníbales y que la mayor parte de todos ellos viven de carne humana; y esto téngalo por cierto Vuestra Magnificência. No se comen entre ellos, pero navegan em ciertas naves que tienen, que se llaman *canoas*, y se van a tomar presa em las islas o tierras vecinas de una gente enemiga o de outra generación diferente de la suya. No comen a ninguna mujer, salvo em caso extremo. De esto fuimos ciertos em muchas partes, donde encontramos tal gente, porque nos ocurrió a menudo ver los huesos y cabezas de algunos que se habían comido, y ellos no lo niegan; tanto más que lo decían sus enemigos que de continuo están com temor de ellos.

(Americo Vespucci, 1500 in D'Olwer, 1963 : 43)

Estabelece assim uma distinção – entre comer carne humana por vingança e fazê-la por necessidade alimentar, que irá constituir um outro mecanismo de projeção da alteridade, informado

principalmente pela intensidade das relações de aliança entre povos tupi e europeus. Pigafetta em sua viagem com Fernando de Magalhães ao redor do mundo, faz a distinção entre os tupis brasileiros, que “(...) comen carne humana, la de sus enemigos, no por considerarla buena, sino por costumbre”, com os “”hombres que se llaman "caníbales" y comen la carne humana”, mais ao sul. (Pigafetta 1524/1985 : 6-7) e (Carneiro da Cunha, 2009 : 189). Geralmente, os cronistas chamavam os inimigos de seus aliados tupi, como os Aimoré de Porto Seguro, de *bárbaros*, “Son estes aymorés tan salvajes que son tenidos por más que bárbaros por los demás bárbaros (...) (Soares de Souza, 1587 in D'olwer, 1964 : 667) e acusando-os de praticarem canibalismo por necessidade (Soares de Souza, 1587/1971 : 79, *apud* Carneiro da Cunha, 2009 : 199). Segundo Manuela Carneiro da Cunha, “distingue-se assim um canibalismo de vingança – o dos Tupi – e um canibalismo alimentar, dos bárbaros Aimoré, dos Oitacá, e alguns mais. Uns seguem à risca um ritual elaborado e se comem carne humana (...) os outros apenas comem para se alimentar. (Carneiro da Cunha, 2009 : 199) As práticas de antropofagia na Europa durante as guerras de religião, na cisão entre católicos e protestantes, serão utilizadas como contraponto bestial ao ritual tupi, dependendo do pendor religioso do cronista.(Carneiro da Cunha, 2009 : 199) Assim, se constrói uma triangulação das relações entre a posição política e ideológica do narrador europeu, que se “aproxima” moralmente de seus aliados tupi, ao mesmo tempo que se “distancia” dos inimigos destes, evocando outra alteridade indígena, inegociável, beluína e feral.

As alianças políticas entre os representantes dos diversos interesses europeus e nações indígenas, muitas vezes antagônicas entre si, articularam diversas projeções do que seria o “outro” índio, projeções exploradas na produção literária desta época. As crônicas podem ser divididas em dois grupos: primeiramente os autores ibéricos e não ibéricos, focados uns na gestão territorial e econômica do novo continente e outros nas práticas de escambo. Em segundo lugar os autores religiosos, que numa época de intensa luta religiosa na Europa, tomam os índios como objeto de reflexão (Carneiro da Cunha, 2009 : 184). Jean de Léry, huguenote e crítico das guerras de religião na Europa, via as práticas tupi como virtuosas, negando à antropofagia a pecha de “canibalismo”, em contraste com os episódios guiados pela fome no velho continente em que cristãos foram obrigados a comer seus próprios parentes e semelhantes, como no cerco de Sancerre (1572-1573) (Raminelli, 1996). Conceber os índios como bons selvagens e justificar a antropofagia tupi também foi uma estratégia dos protestantes da França Antártica para solapar a legitimidade do projeto colonial espanhol e português, ambos reinos católicos, como parte de uma política colonial e anti-espanhola.

Nesse contexto, nomear uma comunidade indígena como *bárbara* ou *gentia* era um dispositivo mobilizador de legitimação de políticas diversificadas, como o proselitismo religioso e a exploração econômica da mão de obra indígena pelos missionários, assim como os resgates e as bandeiras, expedições de apresamento de escravos, tanto por iniciativa da administração portuguesa, quanto privada (Metcalf, 2005 : 375).

Dentro destes eixos, diversos nomes são usados para nomear os indígenas, como *Brasis* e *Brasileiros*, para os autores ligados ao escambo (principalmente franceses) e o *Gentio* e *Índio* para os autores ligados aos engenhos (portugueses e espanhóis) (Carneiro da Cunha, 2009 : 200). A partir da segunda metade do Séc. XVII dá-se a implementação de uma nova política de governo em relação às populações nativas do Brasil: o Diretório dos Índios, elaborado pelo Marquês de Pombal e seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A situação histórica da formulação do Diretório pombalino era a da definição das fronteiras entre Portugal e Espanha na América do Sul, principalmente na região amazônica. O ameríndio, a partir de então, passa ser alvo de um projeto de “civilização” e “nacionalização”, com o fim de se tornar indiscutivelmente súdito português, assim garantindo que nas regiões de maioria indígena se pudesse garantir a posse do solo para a coroa portuguesa.

Com a instauração do Diretório, recai sobre o Estado arbitrar as expedições de descimento, com o fim de povoar as cidades da Capitania do Grão-Pará, onde o trabalho dos índios seria extenuamente explorado pelos diretores de aldeia, o que culminará com uma sublevação geral da população nas famosas Cabanagens. Assim, o índio que é alvo do interesse desses descimentos é o que ainda se encontra na mata, e o interesse dos descimentos é transformá-lo em uma massa genérica, a qual segundo Moreira Neto (1988) eram chamados de *Tapuios*. Estes índios seriam assim inseridos na economia local, como mão-de-obra. Após a revogação do Diretório, por meio da Carta Régia de 12 de maio de 1798, faz-se um esforço para que as operações de descimento sejam descaracterizadas como uma mera excursão de apresamento de mão-de-obra, em prol de um conceito mais “civilizatório” de descimento, cujo objetivo seria “convidar aqueles índios que ainda estão embrenhados no interior da capitania a vir viver entre os homens” (Moreira Neto, 1988).

A identidade do Tapuio foi atribuída, segundo Moreira Neto, aos indígenas que foram deslocados de suas comunidades originais e transferidos para os aldeamentos missionários, resultando daí uma distinção semântica entre o índio ainda não recrutado pelo Estado e o já portador de marcadores identitários que o aproximariam da coroa portuguesa. No caso amazônico, era do interesse colonial que os índios se tornassem parte da sociedade colonial, em contraste com

as áreas mais próximas do litoral, no sudeste do Brasil. A política oficial em relação aos índios não “civilizados” em Minas Gerais, principalmente os hostis aos avanços da sociedade colonial, foi a de mover guerra contra estas populações. Durante o intenso tráfico de metais preciosos de Minas Gerais até o porto de Rio de Janeiro, a hostilidade dos índios foi instrumentalizada pelos governantes coloniais como uma forma de se arrefecer tentativas de tráfico ilegal do ouro mineiro. Foi criada uma área de acesso interditado, o sertão leste do estado, onde viviam a maior parte dos grupos indígenas hostis, assim obrigando que o transporte do ouro fosse feito pelas três vias principais sob controle do governo, que ficaram conhecidas como Estrada Real.

Estes grupos foram sendo gradativamente nomeados de forma genérica como *Botocudos*, e ocupavam preferencialmente as áreas montanhosas e de difícil acesso - sendo um padrão recorrente dos grupos de índios isolados, áreas então ainda cobertas de mata atlântica, entre os distritos mineiros e a costa. Esta área foi por muito tempo interditada pela Coroa, se valendo da hostilidade dos índios para coibir quaisquer incursões de contrabandistas e colonos na região. Com a minguada das jazidas em exploração e a consequente redução dos lucros, foi iniciado o movimento de expansão para o sertão leste, visando a prospecção mineral e a colonização, o que inexoravelmente acarretaria num conflito direto com os Botocudos.

Os Puri, que habitavam desde a Serra da Mantiqueira até o rio Parnaíba, foram um dos povos alcunhados de *Botocudos*, junto com os Kamakã, Pataxó, Kopoxó, Kutaxó, Monoxó, Kumanaxó, Panhame, Maxakali, Malali e Makoni, todos habitando as florestas entre Minas Gerais e a costa atlântica (Langfur, 2002 : 223). O termo torna-se assim um sinônimo para índios bravos, o paradigma do índio selvagem, que se recusavam a se submeter à coroa portuguesa. Nos Sertões de São Paulo, eram chamados de Bugres (Carneiro da Cunha, 2009b : 160).

Antropófagos, vampiros sorvedores de sangue, incapazes de perfectibilidade⁵, esta imagem dos índios bravos é contestada por José Bonifácio, quando legisla sobre a questão indígena após o independência, posicionando-se contra esta imagem, para afirmar que as nações indígenas, abandonadas a si mesmo, precisam ser educadas para que exerçam plenamente a sua humanidade, sendo assim trazidas para o “comércio com as nações civilizadas” (Carneiro da Cunha, 2009b : 161). Para o estadista, a sociedade indígena não existe, somente o Estado pode realizar a sociedade, por meio da *sujeição* de seus integrantes à um corpo civil, subordinado a um governante. Na maioria dos casos, a sujeição se deu por meio das armas.

5 De acordo com um critério estabelecido por Rousseau, Blumenbach, como também Kant e Herder, perfectibilidade é o que distingue os seres humanos dos animais, ao transformar suas condições naturais de existência para seu proveito, explorar os recursos naturais com o fim de se impor a si mesmo suas determinações (Carneiro da Cunha, 2009b : 160)



Foto: Domingos Jorge Velho, tela de Benedito Calixto, 1903.

La solitude apporte tout, sauf
le caractère.

(Stendhal)



O isolamento como discurso

A questão do isolamento é controversa, dentro de uma controvérsia entre os círculos acadêmicos e o imaginário popular. Quando se fala em “isolados” uma das imagens ativadas pela palavra é a de populações que ocupariam espaços marginais ao sistema mundial, independentes do tempo histórico, em uma situação prístina, alijadas das mazelas da vida urbana e do paradoxo da pobreza e do trabalho, em oposição à modernidade, e ocupando um papel privilegiado de conservar os possíveis antídotos para as consequências negativas do sistema capitalista e da exploração desmedida de recursos naturais. Os “isolados” evocam uma condição idílica em que teriam conseguido eficientemente ocupar o espaço terrestre sem causar os impactos inerentes à exploração branca da natureza, são também vistos como possuidores de segredos ambientais, curas esquecidas, plantas poderosas, além de conhecimentos metafísicos, soluções para a crise espiritual, o materialismo e o niilismo ocidentais, segredos sobre a natureza profunda do ser. Quando se fala nos isolados, é recorrente que pessoas imaginem lugares no mundo onde a sociedade ocidental e a tecnologia ainda não impactaram fundamentalmente o modo de vida, assim sendo suas populações poupadas da responsabilidade política e moral que acompanha os brancos, quando se pensa nos desastres ambientais, efeitos de políticas econômicas, guerras, pobreza, fome, entre outras.

De acordo com Kirsch (1997), o imaginário europeu é atualmente repleto destas referências

a “tribos perdidas” que remeteriam a uma narrativa bíblica fundante para a cosmologia européia. O mito judaico-cristão da diáspora das dez tribos de Israel operaria, segundo este autor, como um modelo mítico, onde "an underlying set of ideas (a myth structure or cluster of mythemes) [is] employed in a variety of narrative forms" (Obeyesekere, 1992 : 10 *apud* Kirsch, 1997 : 58), assim estruturando um panorama onde é possível haver comunidades “perdidas” ou isoladas do mundo moderno, da mesma forma que nas narrativas bíblicas, após a diáspora judaica, houveram tribos de israel perdidas por vários milênios, impossibilitadas de reocuparem a chamada “Terra Santa”.

No caso brasileiro, os “isolados” são acima de tudo os grupos e comunidades cuja resistência histórica aos eventos de contato com brancos e outros índios compeliu seus integrantes a ocuparem as regiões mais remotas da Amazônia. Com a ocupação e exploração progressivas da Amazônia a partir da década de 1940 com a “marcha para o oeste”, foram ficando cada vez mais acucados em espaços mínimos e lugares de difícil acesso.

Para Darcy Ribeiro, em sua obra *Os Índios e a Civilização* (1962), a inexorável marcha das frentes econômicas criaria quatro gradações referentes ao status dos índios em relação à sociedade nacional. Os índios *isolados* seriam os “grupos que vivem em zonas não alcançadas pela sociedade brasileira, só tendo experimentado contatos acidentais e raros com “civilizados”, assim sendo contrapostos aos índios de *contato intermitente*; aos em *contato permanente* e aos *integrados*.

Isolados. São os grupos que vivem em zonas não alcançadas pela sociedade brasileira, só tendo experimentado contatos acidentais e raros com os “civilizados”. Apresentam-se como simplesmente *arredios* ou como *hostis*. Nesta categoria se encontram as tribos mais populosas e de maior vigor físico e, também, as únicas que mantêm autonomia cultural.

Contato intermitente. Corresponde àqueles grupos cujos territórios começam a ser alcançados e ocupados pela sociedade nacional. Ainda mantêm certa autonomia cultural, mas vão surgindo necessidades novas cuja satisfação só é possível por meio de relações econômicas com agentes da civilização. Frequentemente têm atitudes de ambivalência motivadas, por um lado, pelo temor ao homem branco; e, por outro lado, pelo fascínio que exerce sobre eles um equipamento infinitamente superior de ação sobre a natureza.

Contato permanente. Incluímos nesta categoria os grupos que já perderam sua autonomia sócio-cultural, pois se encontram em completa dependência da economia regional para o suprimento de artigos tornados indispensáveis. No entanto, ainda conservam os costumes tradicionais compatíveis com sua nova condição, embora profundamente modificados pelos efeitos cumulativos das compulsões ecológicas, econômicas e culturais que experimentaram.

Integrados. Estão incluídos nesta classe aqueles grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas, conseguiram sobreviver, chegando a nossos dias ilhados em meio à população nacional, a cuja vida econômica se vão incorporando como reserva de mão de obra ou como produtores especializados em certos artigos para o comércio. (...) aparentemente nada os distingue da população rural com que convivem.

(Ribeiro, 1962 : 432-433)

Seguindo esta lógica, no artigo 4 do Estatuto do Índio, um documento de 1973 que definiu critérios de identidade dos índios e causou um anacronismo de ideias que são contraditórias com a Constituição de 1988, os índios isolados são considerados assim “quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes por meio de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional (Brasil, 1973). Já o ISA, Instituto Sócio Ambiental, os classifica como “aqueles cujo o contato *com o órgão indigenista oficial* não foi estabelecido” (ISA, 2005, ênfase minha). Essa restrição – contato com o órgão indigenista – é pertinente, já que é considerável nos encontros registrados com os isolados, a quantidade de indícios de circulação de bens e de várias formas de contato com outros agentes, como mostra Arisi (2010) em sua etnografia do contato entre os Matís e os Korubo Isolados na T.I. Vale do Javari, onde se encontram diversas narrativas de incursões guerreiras para roubo de mulheres, extensa troca de presentes, e marcas visíveis nos Korubo de contatos interétnicos (vestígios de chumbo de munição nos corpos de um terço dos Korubo contatados em 1996). No mesmo sentido aponta Gallois (1997) quando registra que os Zo'ê do Cuminapanema “ (...) já haviam experimentado contatos ocasionais com castanheiros e caçadores de pele há pelo menos 50 anos.” (Gallois, 1997 : 2)

Mudando a perspectiva anterior sobre o isolamento, Souza Lima já propõe uma reflexão mais positiva e alinhada com a política de isolamento atual. Em *Um Grande Cerco de Paz* (1995), o autor descreve o isolamento como uma estratégia dos índios que “ainda não se submeteram às presentes formas de conquista e ação estatizada sobre populações e territórios” (Souza Lima, 1995 :

41), reforçando a noção de que o isolamento é produto de uma disposição destas comunidades em relação ao governo, em contraste com a noção idílica das “tribos perdidas”. Dominique Gallois (1992) propõe uma outra visão quando afirma que “a construção desta categoria continua fundamentalmente delineada pela relação de dominação que nossa sociedade impõe às sociedades indígenas. A condição de isolado resulta de uma classificação operada, em via única, pela sociedade nacional.” (Gallois, 1992 :122)

Para Gallois (1992), a suposição de que os índios, quando exercem sua autonomia e recusam a intervenção do Estado, se põem em uma situação de fragilidade e de marginalidade, é consequência do pensamento predominantemente protecionista da política indigenista da FUNAI, ao lidar com estas populações por meio da de uma imposição dos serviços de proteção. Para a autora, é importante considerar que devido à violenta expansão dos setores econômicos formais e informais nas áreas para onde depois os grupos isolados historicamente se retraíram, a opção viável na atualidade é sustentar este paradigma, mesmo autoritário, de proteção.

De tudo isso, depreendo que a noção de isolamento é, fundamentalmente, fruto da inabilidade de um estado moderno em garantir a existência e a reprodução de comunidades que escolhem não submeter-se a ele, a despeito de seus esforços (campanhas de registro de nascimento, alfabetização de populações ribeirinhas, êxodo rural e inchamento demográfico nas cidades, urbanização, expansão das redes de transmissão de energia e outras políticas de inclusão, como o bolsa-família, auxílio-maternidade, aposentadoria, etc). O isolamento *absoluto* é uma falácia, já que estas populações mantêm relações, trocas e contatos com outras pessoas, porém a incapacidade do Estado, na figura de seus agentes, em entender uma lógica onde indivíduos e coletividades possam conscientemente recusar a imposição de relações marcada pela modernidade, e propiciar esta lógica, em contraste com uma voraz exploração econômica da Amazônia e o molde desenvolvimentista utilizado como referência para o governo e os empreendimentos econômicos privados, que negligenciam propositalmente quaisquer reflexões sobre os direitos indígenas.

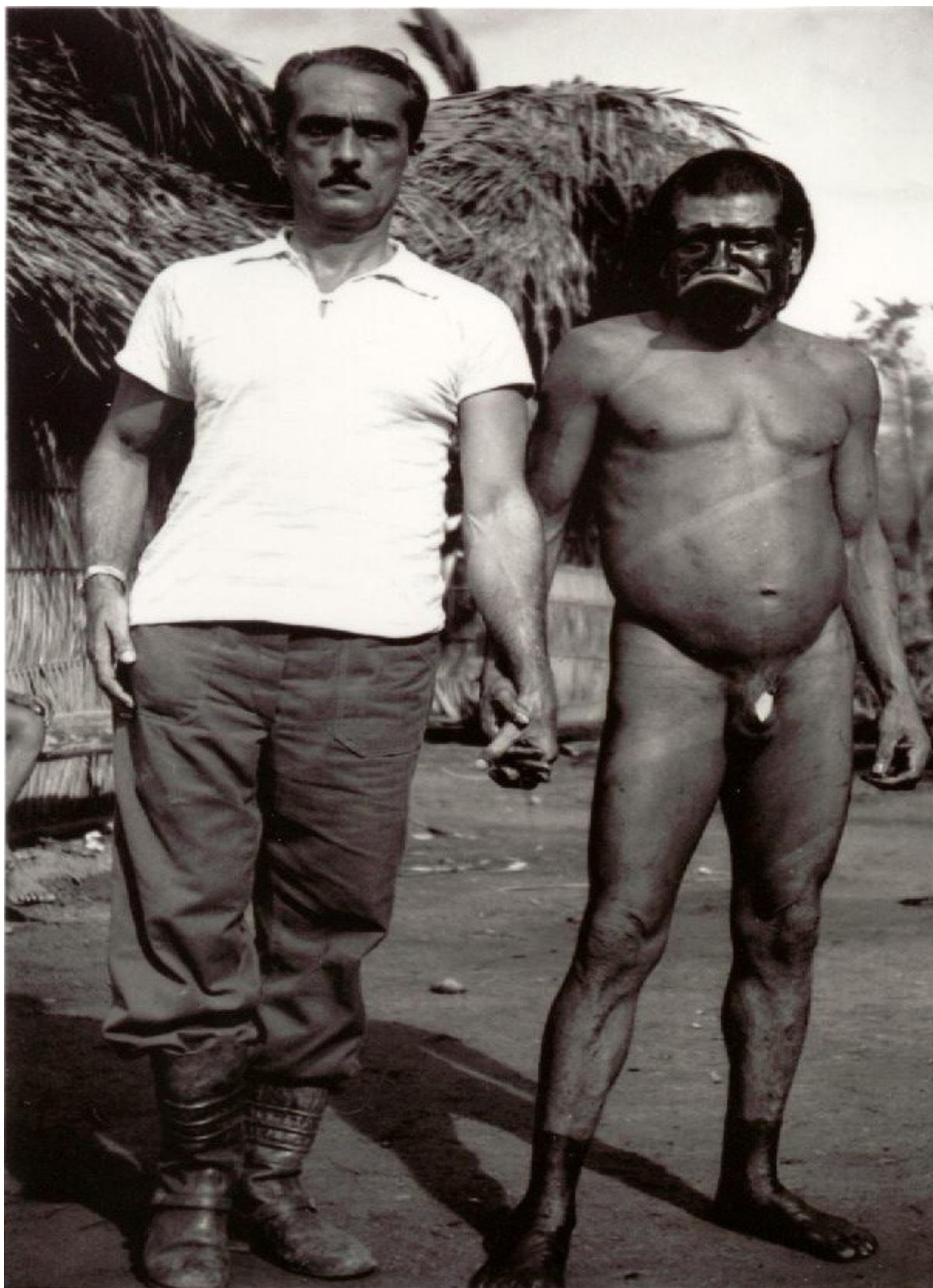


Foto: Francisco Meirelles com índio Kubenkrangnoti (rio Iriri/PA, 1957) Fonte: Freire, 2005

Capítulo II – Sertanistas e suas práticas

Vês os Paulistas, animosa
gente, Que ao Rei procuram do
metal luzente
Co'as próprias mãos enriquecer
o Erário. Arzão é este, é este o
temerário, Que da Casca os
sertões tentou primeiro.
Vê qual despreza o nobre
aventureiro Os laços e as
traições, que lhe prepara
Do cruento Gentio a fome
avara.

(Vila Rica, Canto IV, por Claudio Manual Da Costa, 1773)



Bandeiras e Entradas

Ao longo dos dois anos que estive na Coordenação, a qualidade das narrativas sertanistas, as emoções suscitadas, contos, “causos” e histórias que ouvia de meus colegas, se lançando na mata cheia dos prazeres, horrores e melancolia, me cativaram prontamente, já que parte de minha história de vida⁶ é identificada com valores ativados por estas práticas. Subjugar o próprio corpo e

6 Sou filho de militar e estudei sete anos no Colégio Militar de Brasília. Estas qualidades marciais fizeram parte de minha juventude.

vontade, em longas e árduas caminhadas, num ambiente hostil a um cidadão, com sortilégios de todos os fins, sofrendo perigo, responsável por si e por seus companheiros, padecendo de várias malárias, ora confrontando bestas venenosas, narcotraficantes, grileiros e posseiros, caçadores, madeireiros ilegais e a truculência de fazendeiros e seus capangas ou sob o risco de ser crivado de “inocentes” flechadas mortais, mofar em algum cubículo de repartição, politicamente decrépito, com o gosto de bile da indigestão burocrática, da lentidão do governo ou da corrupção, tudo por uma causa maior do que eu, tudo pelo meu ideal. Minha abnegação pessoal contra o eterno e incansável inimigo hercúleo, desmedido, opressor.

Meu ideário romântico de proteger os índios encontrava refugio nas palavras dos colegas, nos relatórios sofridos das expedições. Ideário ativado pelo indizível, a perdição que transparecia dos olhares destes homens e mulheres⁷, como se fosse uma peleja inútil, fadada ao fracasso. Porém este romanticismo se mostrou atribulado, pois desde o primeiro minuto debruçado em literatura sobre o *sertanismo*, não pude furtar-me de traçar uma ligação às práticas dos *descimentos*, das tropas de guerra, dos bandeirantes, que apresavam os índios para inseri-los na economia colonial, se apoderar de suas terras, dar cabo ao “problema” indígena, conquistar e domesticar a floresta.

Se o sertanista é herói ou vilão, não cabe aqui qualificar. Partindo da ideia de que o sertanismo está em uma continuidade com as práticas dos bandeirantes no Brasil colônia, como um agente à serviço dos interesses pessoais, políticos e econômicos capaz de acessar o sertão, começarei a exposição pelos bandeirantes. Se uma entidade tão poderosa foi historicamente evocada como sinônimo da sagacidade e do caráter paulista, responsável por desenhar as fronteiras do território do país, que bota fogo em cachaça para tornar-se o próprio diabo encarnado (Franco,1989), precisei, para entender o *sertanismo* como um conjunto de práticas e discursos, estudar a história desta figura, a que *corre atrás de índios*.

Com o início do processo de estabelecimento de portugueses ao longo da costa, no Séc. XVI com a inserção deste novo espaço, chamado Brasil, na economia mundial, vão se desenhando as formas de exploração do trabalho que se tornariam características do sistema colonial brasileiro.

Os mais dos moradores que por estas Capitanias estão espalhados, ou quasi todos, tem suas terras de sesmaria dadas e repartidas pelos Capitães e Governadores da terra. E a primeira cousa que pretendem adquirir, são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas e si huma pessoa chega na

7 Na bibliografia que utilizei para esta monografia, li o registro de somente uma única mulher ser chamada de sertanista, Damiana da Cunha. (Freire, 2005 : 28). Convivi com minhas colegas na FUNAI, as quais passaram por vários dramas trabalhando pelo indigenismo, porém historicamente e até os dias de hoje o sertanismo e o trabalho nas frentes da CGIIRC é dominado por homens.

terra a alcançar dous pares, ou meia duzia delles (ainda que outra cousa nam tenha de seu) logo tem remedio para poder honradamente sustentar sua familia: porque hum lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivão e grangeão suas roças e desta maneira nam fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se póde inferir quanto mais serão acrecentadas as fazendas daquelles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como ha muitos moradores na terra que nam tem menos desta contia, e dahi pera cima. Estes moradores todos pela maior parte se tratão muito bem, e folgão de ajudar huns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto geralmente se costuma nestas partes, e fazem outras muitas obras pias, por onde todos tem remedio de vida, e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes Reinos. (Gândavo, 1576/1980)

Concomitantemente, os mercadores portugueses estavam aperfeiçoando os mecanismos do tráfico de escravos negros da Africa ocidental, o que iria dar impulso no Brasil para a implantação das práticas de exploração do trabalho. Os Portugueses utilizaram critérios de legitimação para as práticas de apresamento de mão-de-obra indígena, inspirados na teoria da *guerra justa* de São Tomás de Aquino (Metcalf, 2005 : 376), segundo a qual a guerra justa depende de três condições: que o beligerante seja um príncipe, possua autoridade estabelecida para mobilizar as forças para a guerra; que possua uma causa justa, como retaliar à uma agressão ou vingar injúrias; e em terceiro lugar, que o beligerante possua uma boa intenção, que a guerra seja movida para praticar o bem – o que gerou o conceito de *resgate*. A antropofagia ritual entre os tupi utilizava os espólios das guerras intertribais, seus inimigos cativos, para mobilizar toda uma cosmologia da vingança atemporal. Matar dava ao vencedor prestígio, mulheres e nomes, sendo um tema central da aldeia, enquanto o corpo do vencido era servido em um banquete. “Comer é o corolário necessário da morte no terreiro, e as duas práticas se ligam” (Carneiro da Cunha, 1990). Ao mover-se uma guerra contra os Tupi e resgatar seus prisioneiros *do moqué para a servidão*, os portugueses ativavam a legitimidade tomista.

Uma solução para o problema da falta de mão de obra nos primórdios da colônia era o recrutamento, pela força se necessário, da mão de obra indígena. Gradativamente porém as arbitrariedades no processo de apresamento por particulares tornaram-se problemáticas para a Coroa, demandando uma intervenção para a ordenação destas práticas. Com a chegada do primeiro governador a mando da Coroa, Tomé de Souza, e da Companhia de Jesus em 1549, se iniciaram as tentativas de por fim ao tráfico descontrolado de índios, com a regulamentação e proibição dos resgates⁸ tentando chegar a um equilíbrio. Em 1568, durante o governo de Mem de Sá, é coroado o

8 Regimento dos Provedores da Fazenda Del Rei Nosso Senhor nas Terras do Brasil, de 17 de Dezembro de 1548 (Mendonça. 1972)

Rei D. Sebastião, que lança a Lei de 20 de Março de 1570 sobre a liberdade dos Gentios (Malheiro, 1866/1976) e (Metcalf, 2005 : 174), a qual regulamenta e legitima novamente o sistema de resgate. “No que toca ao resgate dos escravos se deve ter tal moderação, que não se impeça de todo o dito resgate, pela necessidade que as fazendas deles têm, nem se permitam resgates manifestadamente injustos, e a devassidão que até agora nisso houve”(Malheiro, 1866/1976). Este sistema se aplica contra alguns grupos específicos de índios no sertão baiano: os que atacam frequentemente os portugueses, os que movem guerras contra outros grupos indígenas com o fim de capturar prisioneiros para a antropofagia ritual e os índios conhecidos como *Aimoré* (Metcalf, 2005 : 380). Surge aí o marco legal para o início das *entradas* e dos *descimentos* dos índios do Sertão para os povoamentos.

O pivô central nesta operação, a de singrar o sertão em busca de almas e retornar incólume, o corpo em que se encarnava esse movimento, o mediador por excelência, era o *mameluco* (Metcalf, 2005: 391-392). Além de conseguir transitar entre os dois mundos, possuía conhecimento da língua e estabelecia relações “diplomáticas” com as lideranças indígenas. Comprovava seu valor por meio da capacidade de viver no sertão, entre os indígenas, sendo daí justamente a fonte de sua habilidade em lançar as expedições de apresamento de escravos. Sua estratégia era geralmente centrada em duas práticas: primeiramente tentar seduzir os índios pacificamente, convencendo-os de que suas vidas seriam melhores no litoral, ou pela oferta de bens em troca de cativos.

Nas entradas, mamelucos frequentemente foram poderosos mediadores transacionais, os quais transitavam entre o mundo indígena do sertão e o mundo português do litoral. Já que o objetivo das entradas era o de descer índios pacificamente, por exemplo, por meio da persuasão e do comércio legalizado, os mamelucos estavam em posição favorável para desenvolver as estratégias complexas de manipulação que mascaravam os objetivos fundamentais das entradas. Homens como Alvaro Rodrigues e Domingos Fernandes Nobre⁹ usaram sua familiaridade com a língua e os costumes para negociarem trocas que aparentemente beneficiavam os chefes indígenas no sertão, porém serviam o interesse ao longo prazo dos colonos envolvidos com a produção de cana-de-açúcar do litoral. Estas negociações resultaram num tráfico de escravos por meio dos resgates, assim como por meio dos descimentos, por meio da persuasão de grandes grupos de índios. Estas trocas, conduzidas pela conversa, e não pela guerra, posteriormente permitiram os líderes das entradas a argumentar que os índios já eram escravos no sertão e que foram descidos pacificamente, assim dando às entradas um

9 Alvaro Rodrigues foi neto de Diogo Álvares, o *Caramuru*. Diogo naufragou na costa baiana e foi viver com os indígenas, casando com uma das filhas do chefe do grupo, assim criando laços de parentesco com vários índios. Quando os portugueses começaram a intensificar a colonização, Diogo se tornou um importante mediador que usou sua facilidade com a língua e a cultura para conseguir que os primeiros assentamentos portugueses na Bahia, primeiro em Vila Velha e depois em Salvador, vingassem.

Em contrapartida, existia o movimento de catequese dos missionários jesuítas, que condenavam as brutalidades das entradas pois estas causaram um retrocesso dos esforços de conversão. Este período inicial das entradas será marcado por uma longa batalha “judicial” entre a Companhia de Jesus e os bandeirantes, pela exclusividade de arbitragem do destino dos indígenas. Com a morte de D. Sebastião em 1578 na batalha de Ksar el kbir (Alcácerquibir) e a unificação da coroa lusa com a de Castela, assume o poder temporal da colônia o rei Felipe II, assim surgindo uma nova diversidade de propostas para a questão da escravidão indígena, alinhadas com a intenção missionária jesuítica de arrefecimento das entradas. A partir de 1591, os colonos paulistas da capitania de São Vicente iniciam o seu aclamado ciclo de bandeiras, em direção ao sul do território, nos domínios espanhóis, enquanto na Paraíba, em 1595, os jesuítas são expulsos por sua militância no trato dos índios, contra os apresamentos pelos bandeirantes. Logo após, porém, em 1596, Felipe iria regulamentar o conceito de guerra justa, sendo esta agora somente declarada por édito real, enquanto concedia a exclusividade de acesso ao sertão para os missionários jesuítas, com o fim de arrefecer as entradas (Malheiro, 1866/1976 e Almeida, 1997 : 37). Não obstante, o embate se torna tão vigoroso, entre bandeirantes e jesuítas que as próprias missões destes se tornam alvo das bandeiras, que serão a base da economia paulista até o fim do século XVII (Malheiro, 1886/1976).

Não irei me aprofundar na questão da legislação indigenista da época. Fiz somente um resgate do início do processo das entradas e bandeiras, primeiro no Nordeste e após no Sudeste do Brasil, para fundamentar duas oposições importantes na construção de minha ideia de sertanismo, as quais continuarei a desenvolver a partir da bibliografia abordada nesta monografia: Em primeiro lugar, a ideia de que o Estado, que nesta época era a Coroa Portuguesa, estava intimamente ligado às práticas indigenistas, administrando um processo caótico, uma egrégora de volições e subjetividades, focadas na apropriação do trabalho indígena. A segunda ideia é a de que , para que essa administração seja possível, é necessário alguém que possa apreender as práticas dos “brancos” e dos “indígenas” para tornar o processo de mediação eficiente. O Estado, para chegar ao sertão, precisa se metamorfosear em uma entidade que navega entre os dois mundos, precisa apreender as práticas indígenas da ecologia do sertão, para poder substancializá-los. Esta entidade se incorpora nas figuras do mameluco e do sertanista.

Abordei a temática pelo prisma de que as práticas e legislação indigenista colonial, focadas em um esforço para a regulamentação do trabalho indígena e da povoação de espaços estratégicos,

eram em grande parte mediada pela figura do bandeirante/sertanista (Almeida, 1977). De qualquer forma, o índio *como problema* era acessado sempre por Bandeiras, Tropas de resgate, expedições de guerra e descimentos, empreitadas de cunho militar. O bandeirante que consolidou o território nacional, utilizando sua vontade férrea, abnegado, transitando entre o inferno do sertão e a luz da civilização, veio assim a incorporar – literalmente, em seu próprio corpo – a imagem das capacidades únicas necessárias para fazer a “mediação” entre projetos de Estado e de Nação e as obscuras intenções e razões destes sujeitos in-sujeitados, recalcitrantes, enfurnados em suas florestas.

Mas, como os sertanistas conseguiram articular esta virada na política indigenista? É justamente o entendimento disso e de como se dá a autoridade discursiva dos sertanistas que creio ser relevante aqui, pois o que pude inferir em minha pesquisa bibliográfica é que a figura do sertanista é usada como um símbolo, dentro de certos discursos que se orientam em torno de um projeto ideológico na história recente. Este projeto foi fruto da recém-formada República Brasileira, especificamente de uma elite intelectual paulista, com a fundação do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, inaugurado no dia sete de Setembro de 1895, no aniversário da proclamação de independência do Brasil, nas margens do rio Ipiranga (Funari, 1991 : 24). Projetado com o fim de dignificar o passado paulista e consolidar um a influência política e ideológica de São Paulo, o museu vem consolidar o discurso de que o Brasil foi um intrépido projeto aventureiro impulsionado pela vontade férrea dos bandeirantes paulistas, descobrindo o sertão, colonizando a região portuguesa da América e consolidando nossas fronteiras na luta política contra outras potências européias.

Esta luta, contra os índios no oeste, contra os espanhóis e contra os negros no norte, foi o princípio de unidade da colônia. A partir de 1903, iniciou-se a introdução de obras de arte no Museu Paulista retratando os bandeirantes. Uma de suas principais aquisições foi o quadro de autoria de Benedito Calixto, retratando Domingos Jorge Velho (o bandeirante responsável pela expedição que destruiu o Quilombo de Palmares), por meio da mesma composição formal da pose dos reis franceses da dinastia de Bourbon, inaugurada por Hyacinthe Rigaud em seus retratos de Luís XIV (Marins, 2007). As obras de Calixto celebravam os antigos sertanistas em poses imponentes e de natureza monárquica, em um esforço de comunicar o caráter heróico que os historiadores paulistas atribuíam aos bandeirantes (Marins, 2007). Este discurso da posse da terra atrelada ao sertanismo e este aos serviços do projeto de Brasil como Nação será um lema recorrente do sertanistas ao longo do Séc. XX.

Os paulistas ficaram conhecidos na América e na Europa como grandes sertanistas, sem iguais no seu conhecimento dos dilatados sertões, na sua perseverança e coragem. Posteriormente, alguns historiadores ergueram estes sertanistas – batizando-os de bandeirantes – a proporções épicas, reconhecendo particularmente seu papel na expansão geográfica da América portuguesa. (Monteiro, 1994 apud Freire, 2005)

Assim, encarnado na figura do sertanista, estaria o “espírito empreendedor” paulista, como também uma ideia de que as fronteiras territoriais brasileiras foram delineadas graças a ajuda de homens cuja disposição, coragem e exclusiva capacidade de transitar nos “vazios” [o sertão] habilitava o trato com aqueles cuja presença ali não se qualificava como “ocupação”: os índios, corpos e mentes tão “vazios” e “selvagens” como os espaços em que transitavam, carentes da mediação sertanista para poderem inclusive se tornar “índios” perante o Estado.



Foto: Sydney Possuelo em expedição que contatou os índios Korubo Isolados, 1996.

Kind-hearted people might of course think there was some ingenious way to disarm or defeat the enemy without too much bloodshed, and might imagine this is the true goal of the art of war. Pleasant as it sounds, it is a fallacy that must be exposed: war is such a dangerous business that the mistakes which come from kindness are the very worst.

(Carl Von Clausewitz, *Da Guerra*, Tomo 3, 1835)



De Rondon à Possuelo

As práticas de atração e pacificação exerceram um fascínio profundo em mim, desde o primeiro relance que tive de suas descrições. Imaginei a situação como um momento mágico, aqueles segundos onde a incerteza paira no ar, de cara a cara com o índio bravo, junto com a ânsia e a inquietação provocadas pelo risco de ser acossado por bordunas ou crivado de flechas no caso do malogro de minha genuína bondade, explícita em meus olhos. Após semanas ou meses de provações de todos os tipos, estudos, coleta de informações, mobilizações políticas, logísticas e do espírito, seguindo em marcha, pelas trevas do sertão, com minha tropa, meus companheiros de expedição, meu único propósito o de tocar o desconhecido. Idéias de uma vida frugal e simples, prostrado num

jirau¹⁰, entocado na mata, espingarda repousando no colo, na espera longa por uma anta, macaco ou queixada, a garantia do sustento dos ossos. Alguns trechos de relatórios de sertanistas para a FUNAI são bem explícitos quanto a esta imagem mental que desenhei do momento do contato:

Ninguém poderá jamais imaginar quanta força moral precisa um homem despendar para dominar a insuportável irritação nervosa causada pelo fato de sentir-se incessantemente cercado, vigiado e estudado nos seus menores atos, por gente que ele não pode ver, de quem nem sabe o número, a quem não quer molestar nem rechaçar, mas antes agradar e atrair, e que no entanto só procura o instante propício para o assaltar e matar (FUNAI, 1987)

Passei tanto tempo trabalhando no arquivo da Coordenação, lendo e relendo os inúmeros relatórios das expedições, observando fotos, vídeos, filmes, apreendendo a selva misturada com o açúcar da repartição e o café amaro que sorvia em talagadas, que me desconectei completamente da realidade. Cercado de flechas, bordunas, artesanatos, mapas, memórias do campo, paredes cobertas com fotos candidas das equipes de proteção, dos sertanistas em campo, dos índios, dos passeios de voadeira, das caçadas, pescarias, fui aos poucos construindo esta imagem idílica, poética e cheia de nobreza do sertanismo e de suas práticas. Puro fetiche, sedução. Também ao longo de minha pesquisa sobre o isolamento, convivi com relatórios pessimistas, sobre a irascível conduta de fazendeiros e seus jagunços, invadindo postos de vigilância para saquear e intimidar os funcionários, acompanhados de policiais militares cooptados pelos interesses do agronegócio, encontros com narcotraficantes, madeireiros, grileiros, garimpeiros, prostituição indígena, massacres, queimas de arquivo e os sortilégios inerentes à marcha para o oeste.

Com o fim de entender como mudaram as práticas de *apresamento* dos indígenas não-contactados para as de *proteção* de seu isolamento, começo esta parte do capítulo, que tem como pivô o sertanista. No capítulo anterior, procurei tematizar a continuidade entre bandeirantes e sertanistas pós-Rondon com métodos desiguais, todos queriam contatar, integrar os índios. Hoje, o isolamento virou política e esta conversão seria o tema deste capítulo. As nuances das práticas sertanistas são específicas de estilos distintos de indigenismo, como descritos por Carlos Augusto da Rocha Freire em sua tese de doutoramento, *Sagas Sertanistas* (2005). O autor dispôs os principais sertanistas que estruturaram distintas políticas indigenistas ao longo do Sec. XX – Rondon, Fernando Meirelles, os irmãos Villas Boas e Sydney Possuelo – em uma espécie de flecha do tempo do indigenismo da pacificação, que vai do positivismo integracionista até o modelo

10 Dispositivo de caça muito utilizado por indígenas e ribeirinhos, um pau ou cipó que funciona como suporte suspenso do chão, onde o caçador repousa a espera da caça de cócoras.

vigente nos dias de hoje nas práticas da Coordenação de completo isolamento das populações indígenas ainda não contatadas.

As práticas sertanistas continuaram ao longo do tempo, acompanhando as mudanças na política indigenista oficial, em seus tropeços e experiências. A partir do Séc. XX, a prática do sertanismo se imbuí de uma ideologia positivista, por meio da figura de Cândido Mariano da Silva Rondon. De bisavós indígenas, militar, acostumado com vida no sertão, a versão moderna do mameluco colonial, é nele que é investida a nova significação do sertanismo e consequentemente, de seu poder político advindo dos serviços “inestimáveis” ao projeto de nação pelos trabalhos na Comissão Rondon, o que irá inspirar instituição do SPI, em 1920, baseado nas práticas sertanistas de Rondon, iniciando a nova fase contemporânea do indigenismo oficial (Freire, 2005 : 28).

Durante a fase de ouro do SPI, se consolidou a proposta vigente do sertanista como promotor das práticas indigenistas, principalmente nas figuras de Francisco Meirelles e seu trabalho de atração dos Xavantes do Rio das Mortes e Claudio, Leonardo e Orlando Villas Boas, nas famosas expedição Roncador-Xingu (ERX) pela Fundação Brasil Central (FBC) (Freire, 2005 : 34). Estes serão os mais reconhecidos estruturadores das atividades de atração e pacificação de índios isolados contemporâneas que servirão de antítese ao surgimento da política de isolamento, já no âmbito da FUNAI. Os trabalhos de atração dos isolados até o fim da década de 80, com as devidas ressalvas em relação aos estilos pessoais e as subjetividades dos atores envolvidos na relocação das comunidades indígenas (Ramos, 1998), suas críticas, seus dramas e horrores, irão ativar politicamente o principal agente proponente do isolamento como política de estado, o sertanista Sidney Possuelo, que terá sua proposta legitimada por meio de um documento produzido em 1987, assinado por 15 sertanistas e promovido a uma portaria pelo então presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho.

As experiências de atração dos índios foram utilizadas para forjar, ao longo do Séc. XX, um conjunto de normas e uma metodologia, desenvolvidos nos trabalhos de Rondon. Estes métodos foram estruturados paulatinamente durante os tempos da Comissão de Linhas Telegráficas e compilados posteriormente no Regulamento do SPI (Decreto 8.072 de 20/06/1910) (Freire, 2005 : 30). Rondon passou quase trinta anos de sua vida construindo as linhas telegráficas que cruzaram o estado do Mato Grosso até a bacia do Amazonas, e foi durante estes trabalhos que se deram as suas experiências de pacificação, orientadas por uma ideologia de resgate dos indígenas de seu atraso evolutivo e consequente sua inserção no que seria o equivalente ao estado da civilização ocidental

européia e cientificista, o estágio positivista.¹¹

Rondon era membro do Apostolado Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, e foi sob a influência desta doutrina que desenvolveu sua concepção de indigenismo. Estabelecer uma relação pacífica com os indígenas, promover a sua proteção – o que supõe proteger suas terras – para por meio do processo de aculturação (ou civilizatório) aguardar sua gradativa evolução social, permitindo a elevação dos índios de seu estágio fetichista para o estágio científico-industrial. (Diacon, 2002) A disparidade entre poderes de brancos e índios não seria devida a uma inferioridade racial dos últimos, mas sim ao fato de viverem em um estágio diferente de evolução social.

Quando o SPIITN foi criado, em 1910, Rondon foi nomeado seu primeiro diretor, porém ainda continuava trabalhando na construção de linhas telegráficas no Mato-Grosso, ocupando o cargo no órgão durante 5 anos. Diversas vezes denunciou abusos e massacres por parte de fazendeiros contra indígenas, mas o SPI e a Comissão não possuíam poder suficiente para confrontar milícias estaduais. A descentralização do poder pelos estados e a emergência de forças de interesses privados resultantes da queda da monarquia em 1889, entretanto, não abalou as sucessivas implementações do dispositivo central na política indigenista de Rondon, a *atração* e a gradual aculturação dos indígenas isolados (Diacon, 2002 : 163). A mais notória das pacificações de Rondon foi a dos Nambikwara, que ocupavam a área entre Cuiabá e Santo Antônio do Madeira (Porto Velho), região que a Comissão mapeou, explorou e onde promoveu os trabalhos de instalação da linha telegráfica, entre 1908 e 1915. Durante a fase do *namoro*, onde há intensa troca de brindes e presentes entre a expedição e os índios, Rondon chegou a oferecer a estes uma pintura retratando o encontro pacífico entre o sertanista e os Nambikwara, ambos de braços abertos (Diacon, 2002 : 177).

Após os trabalhos de atração e pacificação, a Comissão promovia o processo de integração à sociedade nacional. Foram construídos dois núcleos de educação, perto de duas estações telegráficas da linha erguida por Rondon, onde as crianças eram alfabetizadas, aprendiam matemática, praticavam educação física, cantavam o hino nacional, entre outras coisas. Os garotos aprendiam a trabalhar na operação dos aparelhos telegráficos, enquanto as meninas aprendiam a costurar, sendo que muitos alunos destes núcleos trabalharam posteriormente na Comissão. Estas práticas desenvolvidas por Rondon foram sendo aperfeiçoadas e desenvolvidas, dentro do SPI, no

11 De acordo com a doutrina positivista, a humanidade teria passado por três estágios evolucionários, o Teológico, Metafísico e Positivo ou científico. Frequentemente Rondon se refere aos indígenas como *Fetichistas*, ocupantes do estágio Teológico.

correr das décadas, culminando em 1943 na compilação por Durval de Magalhães, Inspetor da 1ª Inspetoria Regional do SPI, das *normas para atração e pacificação dos índios* (Freire, 2005), contendo 37 instruções de procedimentos para as Frentes de Atração. Esta herança rondoniana e dos primórdios do SPI constelam uma série de práticas que perduram até hoje. Entre as principais, podemos citar:

1. A turma de atração deveria ser constituída por trabalhadores esclarecidos.
2. O chefe da equipe deveria ser um indivíduo experimentado no trato com os índios.
3. Era necessária a participação de vários índios do mesmo tronco lingüístico dos índios arredios para trabalharem como guias e intérpretes.
4. A equipe deveria instalar-se dentro do território indígena.
5. Entre as primeiras providências, seria construída uma casa protegida, além da plantação de um roçado.
6. Era importante explorar as redondezas, conhecendo matas, rios e tapiris.
7. Diante do ataque de índios hostis, exibir as armas de fogo e até mesmo usá-las (em tiros para o alto), evidenciando o poder de que dispunha a equipe de atração, mas nunca usando-as contra os indígenas.
8. Armam-se tapiris com presentes e expõem-se os intérpretes pelas matas. As trocas de presentes estabelecem a fase inicial da conquista: é o “namoro”.
9. A partir do contato inicial, a conquista pode ser consolidada, havendo confraternização, ou se houver algum incidente grave, ocorrer o colapso da equipe de atração.

(De Oliveira Filho, 2006)

Francisco Meirelles foi outro entusiasta da noção de integração. Um dos 11 filhos do senador Pernambucano Francisco Ribeiro Soares de Meirelles, era militante comunista, tendo sido preso por sua militância, junto com seu irmão Silo Meirelles - um dos líderes do levante comunista de Pernambuco em 1935 - por portar boletins e jornais subversivos. Foi por meio de seu outro irmão, Cildo Meirelles, que trabalhava para o SPI desde os anos 20, que Francisco entrou em contato com o indigenismo (Freire, 2005 : 55). Se tornou inspetor do SPI quando comandou a pacificação dos Wari', no início de 1940, construindo uma longa carreira de pacificações (Xikrin,

Kayapó, Cinta Larga, Kokraimôro, Menkrangnotí, Xavante, entre outros...). Tinha uma postura assimilacionista e integracionista perante as comunidades indígenas, advocating uma rápida inserção deles no sistema simbólico e econômico branco, com o fim de diminuir a sua desigualdade social.

Seus métodos de atração eram específicos para cada caso singular, porém sempre contava com o recrutamento de intérpretes e preferia grandes expedições. Frequentemente efetivava o contato a cavalo, por causa de uma fratura na bacia, que o impossibilitava de andar por períodos longos. Outras vezes literalmente cercava a aldeia, apontando as armas para o alto, intimando ao contato os indígenas. Fez também certas experiências de contato utilizando música e cantos para apaziguar os ânimos dos índios (Freire, 2005 : 56).

Os irmãos Villas-Bôas, possuíam uma visão de certa forma diferente do assunto. O cerne de sua visão é a promoção de um intervalo temporal, no qual o Estado poderia desenvolver uma forma menos trágica de inserir os indígenas na sociedade nacional, permitindo-lhes decidirem suas próprias formas de inserção, respeitando sua cosmologia, práticas e crenças. De fundamental importância era a questão da proteção territorial das comunidades, para que elas pudessem gradativamente inventar e construir seu processo de integração ao Estado Nacional e sua realidade complexa. Com a experiência da formação do Parque Nacional do Xingu (PIX), os irmãos Villas-Bôas interditaram o acesso de missionários e o proselitismo religioso que desestruturava a reprodução material e imaterial das comunidades, vedaram o acesso não autorizado ao Xingu e não permitiam o casamento de brancos com indígenas, num esforço de se manter o protecionismo (Freire, 2005 : 300).

O processo de atração e pacificação na versão dos Villas-Bôas, incluída a utilização de intérpretes indígenas, trocas de brindes, sobrevoar as aldeias e pousar nas proximidades (Freire, 2005 : 300), entrar nas aldeias com ou sem a companhia dos índios, além da montagem de tapiris com ofertas, como caracterizado na fase do *namoro*, no estilo rondoniano (Freire, 2005). Não eram defensores do isolacionismo romântico, mas sim de uma política de amortização dos impactos negativos do contato e delegação do poder de escolha das relações para as comunidades indígenas, já que os irmãos reconheciam que na época, com o estágio da questão indígena no Brasil, seria extremamente difícil conferir dignidade e bem-estar, respeitando as suas tradições, para os índios do Xingu.

Já a política de Sydney Possuelo era a do contato somente em última estância. Os trabalhos de proteção seriam por meio de um complexo sistema de estudos das comunidades indígenas não-

contatadas no Brasil, a demarcação de territórios para elas, intensa vigilância e monitoramento das áreas, com o fim de impedir completamente o contato destas comunidades com outros agentes nacionais, índios e não índios. Possuelo também foi fruto da virada tecnológica do século, pelo acesso ao monitoramento remoto, GPS, imagens de satélite e outras formas não invasivas de se manter o controle das populações indígenas, sem implicar no contato. A implementação deste aparato é todavia problemática, já que a CGIIRC não possui fundos nem pessoal para empreender tarefa de tal magnitude, justamente em áreas cada vez mais pressionadas pelo PAC e pela exaustão de recursos de espaços previamente explorados pelas frentes econômicas, legais ou ilegais, na Amazônia Legal.

Sob a égide de Possuelo, os movimentos de aproximação deveriam ser feitos somente após verificar que não havia outra forma viável de se manter a proteção dos indígenas. Depois do contato, um complexo sistema específico a cada caso, dependente das particularidades do coordenador da frente, filtra que tipo de acessos os indígenas podem ter a agentes não-indígenas e seus objetos. Vê-se por exemplo no caso dos Zo'é, em que um dos coordenadores tentou reverter a herança missionária da doação de roupas para os indígenas; pois estas eram muito “descaracterizadoras” de sua identidade.

Obviamente que inúmeros outros sertanistas produziram experiências singulares ao longo do processo de implementação destas práticas, porém o recorte que Freire fez em selecionar este é justamente pelo escopo de seus trabalhos e, conseqüentemente, os resultados atingidos por estes. A atuação de Rondon fomentou a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, posteriormente somente Serviço de Proteção aos Índios, os irmãos Villas Boas mobilizaram a criação do Parque Nacional do Xingu (PNX), enquanto Meirelles construía um longo histórico de pacificações. Possuelo foi o artífice do novo paradigma de proteção aos índios isolados, mantido atualmente. Todos sertanistas com estilos e com fins diferentes de trabalho, porém utilizando, em geral, métodos semelhantes de contato.

Quadro 1 – Estilos Sertanistas

| <i>Sertanistas</i> | <i>Finalidade da ação sertanista</i> | <i>Estratégias, táticas e técnicas de contato</i> | <i>Formas de intervenção inicial na vida dos povos indígenas</i> |
|---------------------|--|---|--|
| Rondon | 1) Incorporação à civilização; 2) Respeito aos costumes (adaptação progressista). | Contato pacífico; expedições numerosas; instalação de PIA; namoro. | introdução de tecnologia e novas atividades produtivas na agricultura e pecuária; indígenas como trabalhadores da Comissão de Linhas Telegráficas e do SPI; deslocamento de comunidades (quando necessário). |
| irmãos Villas Bôas | Protecionista: 1) Aculturação lenta; 2) Isolamento indígena (nos anos 90). | contato pacífico; expedições pequenas; oferta direta de brindes; namoro; sobrevôos. | controle sanitário; interrupção de conflitos inter-tribais; controle das relações com regionais. |
| Francisco Meirelles | 1) integracionista; 2) assistencialista. | contato pacífico; expedições numerosas; namoro; expedição montada (a cavalo); invasão de aldeias ou acampamentos; uso de música nas atrações. | Introdução de técnicas econômicas e integração ao mercado regional. |
| Sydney Possuelo | 1) isolamento indígena; 2) contato e aculturação lenta. | expedições pequenas ou numerosas; sobrevôos; instalação de PIA; namoro; uso de música nas atrações. | evitar o contato ou contato pacífico; vigilância da área dos grupos isolados; contatos com controle sanitário; aculturação dirigida com controle de acesso à área (caso Zo'ê). |

Fonte: Freire (2005 : 307)

As ações de atração e pacificação não diferem muito do estilo de Rondon. A primeira manobra na fase de atração é a expedição, centrada na figura do chefe, imbuído da

responsabilidade sertanista. Quando a expedição chega na área ocupada por indígenas isolados, surge a necessidade de se criar o posto, com uma estrutura suficiente para a subsistência básica dos expedicionários. A partir do posto, começam os trabalhos de mapeamento e estudos da área, assim como a fase de *namoro*, onde são estrategicamente colocados “brindes” espalhados pela área de circulação dos indígenas. Estas práticas teriam com o fim “atrair” a atenção deles. A próxima etapa, de *pacificação*, é o contato, a conclusão dos trabalhos. Francisco Meirelles ficou conhecido por uma prática de pacificação heterodoxa, em relação aos moldes rondonianos: literalmente cercar a aldeia indígena com um contingente numeroso para forçar o diálogo, quando o tradicionalmente recomendado era a equipe se estabelecer no local e por meio de uma troca recíproca de brindes e gradativamente ir criando uma relação com os indígenas, evitando o contato até provarem aos índios que suas intenções eram pacíficas. Esta era a fase do *namoro*. Como relata o sertanista Antonio Cotrim sobre Meirelles: “10, 15 homens entrar dentro de uma aldeia, era quase preamento (sic) mesmo. O Meirelles pegava 30, 40, 50 homens, cercava a aldeia e gritava, ‘somos amigos, se quiserem brigar vamos brigar, mas se não querem’, e os índios realmente concordavam...” (Cotrim, entrevista a Eduardo Viveiros de Castro, 15/05/1983, arquivo ISA, apud Freire, 2005 : 90)

Em todos os métodos de pacificação, a regra era o uso da não-violência, porém sempre utilizando armamentos ostensivamente, com o fim de demonstrar superioridade de força. As instruções eram de que os integrantes das expedições portassem armas, com o cano para baixo ou para cima, e ao menor sinal de hostilidade atirassem para o ar. A máxima de Rondon, eternizada por seus admiradores era a de “Morrer se preciso for, matar, nunca”. Para garantirem a sobrevivência dos sertanistas, nas práticas de atração e pacificação até o fim da década de 80 era norma instrumentalizar simbolicamente a violência para solapar qualquer resposta hostil dos isolados.

As conseqüências das práticas de atração e pacificação perturbavam os sertanistas. Após o processo do contato, a responsabilidade de dar continuidade à aplicação das políticas indigenistas passava para outros setores do SPI e FUNAI. Na visão dos sertanistas, estes setores eram menos engajados ideologicamente com a questão indigenista, o que deixava as comunidades à mercê da ineficácia sistêmica do Estado Brasileiro.

Qualquer função no SPI é sempre mais que um simples emprego em busca de vencimentos para nossa manutenção. Todos nós devemos sentir a grandiosidade desta obra iniciada por Rondon e seus companheiros, conscientes das nossas responsabilidades e certos de que teremos contas a prestar, principalmente dos nossos queridos índios que de nós tudo esperam”(Gama Malcher, ofício, 30/12/1942 apud Freire, 2005 : 109)

O descaso com a instalação física da estrutura de assistência governamental aos indígenas, descontinuidade nas políticas voltada para os contatados, a falta de prioridade dada à saúde indígena, se mostravam como provas contundentes de que para alguns sertanistas esta incapacidade do estado tornava a continuidade das ações de atração e pacificação extremamente prejudicial para as comunidades afetadas. Alguns sertanistas se viam como “um preador (sic) com novos métodos, usando diferenças tecnológicas diante da ingenuidade de um povo que acredita nas novas relações, mas logo decepcionando-se, pois se vê diante de uma sociedade dominante que não apenas o dizimará (etnocídio), mas também excluirá os seus sobreviventes” (Antonio Cotrim, 2004 apud Freire, 2005 : 96). Gradativamente foi construído um discurso sobre os efeitos nefários da concepção de integração destas comunidades por meio dos aparatos de administração do Estado, que reforçava a ideia de que enquanto o Estado não soubesse lidar com a situação, o não-contato, ou uma amortização da regularidade das relações entre comunidades indígenas e o Estado, a serem mediadas pelos sertanistas e a FUNAI/SPI, seriam mais benéficos do que permanecer na tradição de Rondon.

Diante desse aspecto bem pouco recomendável que apresentávamos, contemplando esse mísero estado da maioria dos civilizados que compunham nossa turma, talvez preferissem os índios continuar mesmo nas suas aldeias, sem a nossa civilização e nossos problemas; Sem a nossa sífilis, a nossa tuberculose, e o abandono em que os deixamos quase sempre, logo após a sua pacificação!

(Francisco Meirelles, Relatório anual da IR9, 1951, SARQ/MI, f.380, fot. 0232 a 0244, apud Freire, 2005 : 65)

Foi desta reflexão sobre as conseqüências das práticas vigentes na política indigenista que a partir de 1970, iniciou-se a mobilização de Sydney Possuelo pela normatização e profissionalização da carreira de Sertanista (Freire, 2005 : 98-99). Este foi o início da trajetória que lhe conferiu o poder de formular a nova política para o isolamento, consolidada no I Encontro de Sertanistas da FUNAI, em 1987. Este encontro gerou o Sistema de Proteção aos Índios Isolados, promovendo a mudança do contato para o isolamento como eixos da política em questão. Após este marco, todas as ações e reflexões referentes às comunidades indígenas não contatadas pelo Estado e com suas relações normatizadas pela FUNAI passam a ser responsabilidade exclusiva do Departamento de Índios Isolados, chefiado por Possuelo, criando-se assim um novo *locus* de agência política no interior do órgão indigenista governamental.

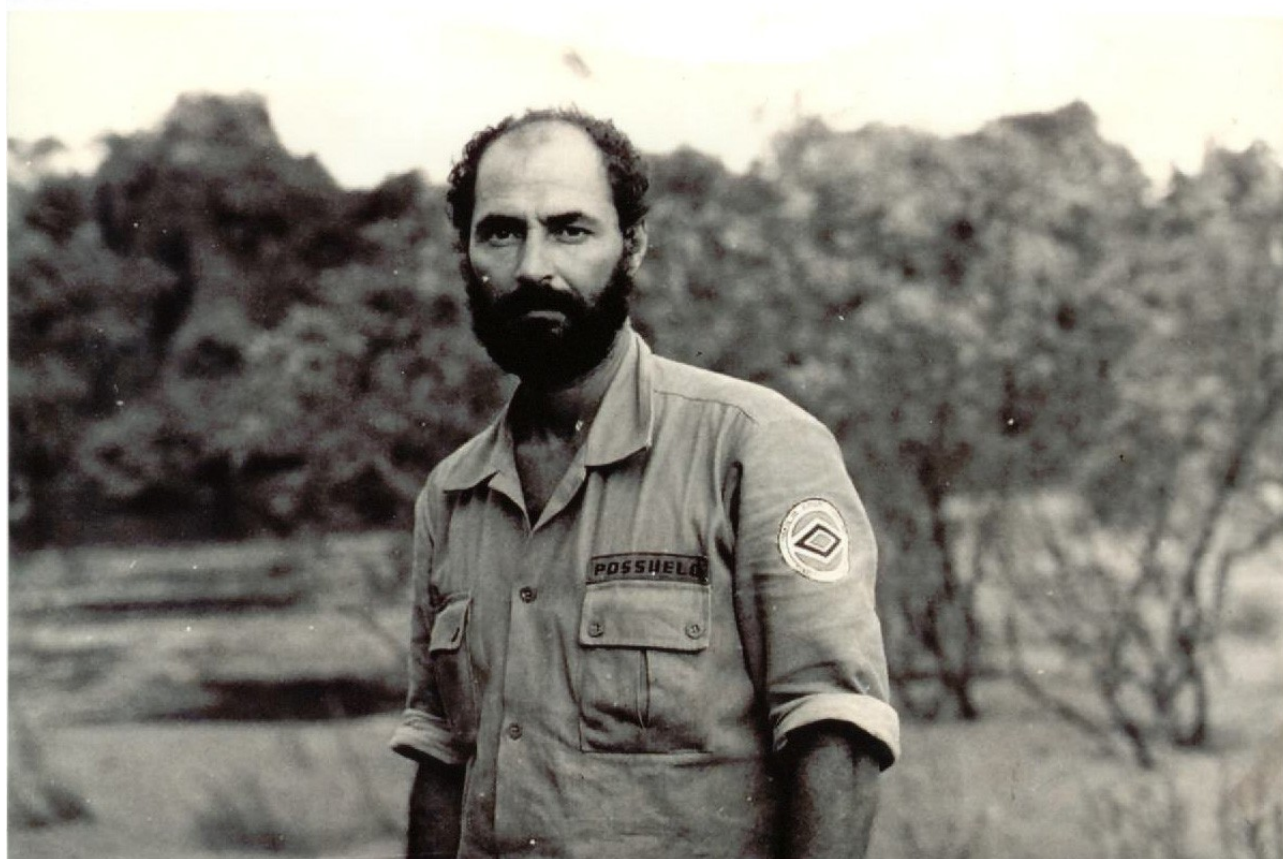


Foto: Sydney Possuelo na FA Parakanã, 1980. Fonte: Freire, 2005

I think the knowledge came to him at last —
only at the very last. But the wilderness had
found him out early, and had taken on him
a terrible vengeance for the fantastic
invasion. I think it had whispered to him
things about himself which he did not know,
things of which he had no conception till he
took counsel with this great solitude — and
the whisper had proved irresistibly
fascinating. (...) Did he live his life again in
every detail of desire, temptation, and
surrender during that supreme moment of
complete knowledge? He cried in a whisper
at some image, at some vision, — he cried
out twice, a cry that was no more than a
breath — ‘The horror! The horror!’

(Joseph Conrad, *Heart of Darkness*, 1902)



I Encontro de Sertanistas

A Coordenadoria de Índios Arredios foi estabelecida em 1987, com o propósito de efetuar as ações de atração e contato, em conjunto com as Superintendências Executivas Regionais (SUER) da FUNAI, sob a liderança de Sydney Possuelo. Naquele mesmo ano, ele propôs a organização do I Encontro de Sertanistas, entre 22 a 27 de junho, com o propósito de rever a política de atração dos isolados, por meio de um exame das práticas e da experiência dos sertanistas ativos da FUNAI.

Sydney Possuelo se engajou na revisão da política da atração após sua expedição com o fim de pacificar os Arara no Pará, no início da década de 80, iniciando-se assim a mobilização que iria culminar na organização deste encontro.

O encontro foi pensado como um exercício de revisão das práticas sertanistas, no sentido de romper com o passado colonial do ofício e de desconstruir uma concepção do sertanismo focada no contato como um fim em si mesmo (Freire, 2005 : 110). Outro objetivo foi reservar aos sertanistas a continuação dos trabalhos de assistência, proteção e vigilância dos isolados, enquanto as práticas vigentes anteriormente concediam-lhes poder somente durante a fase da atração e da pacificação. A partir da reflexão de que os serviços da FUNAI no *pós-contato* eram extremamente deficitários e não condiziam com o ideal sertanista, o encontro de 1987 procurou estender o poder destes para *além* do contato, assim aumentando o escopo de sua atuação em relação aos índios isolados e recém-contactados.

O encontro também representou um esforço em consolidar práticas condizentes com o novo paradigma do contato, produzindo materiais com descrições minuciosas sobre a formação de expedições de localização e as diversas etapas de monitoramento dos isolados, até o inexorável contato. Este compêndio de normas é o que está em vigor no âmbito da CGIIRC, porém cada sertanista e indigenista trabalhando nas Frentes de Proteção Etnoambientais desenvolve suas próprias metodologias, em parte devido às dificuldades da sede da FUNAI de exercer uma efetiva coordenação das frentes, em parte também pelo caráter personalista da profissão de sertanista e pelas especificidades de cada local, grupo e situação.

As experiências anteriores de pacificação foram avaliadas como tendo tido consequências nocivas para os indígenas, ao subtrair a sua dignidade e marginalizá-los em suas reservas, sem nenhuma assistência médica, acometidos de endemias de todos os tipos, malária, oncocercose, leishmaniose, doença de chagas, hepatites virais e alcoolismo, sem perspectivas de melhoria de renda, sendo cooptados por agentes de interesses escusos e ilegais (madeireiros e garimpeiros). De acordo com Possuelo, estas constatações o dissuadiram de dar continuidade às práticas anteriores do contato. Esta posição é bem explícita no documento resultante do Encontro de Sertanistas:

(...) nossa experiência comprova, que, o ato do contato, a busca de uma aproximação mesmo pacífica, entre um grupo de índios isolados e as frentes de atração, traís em si uma verdade inquestionável; aquele grupo já está enfraquecido, alquebrado e vencido. À ele, pouco resta, a não ser tentar se recompor ao lado da sociedade mais forte e, ao nos buscar, se recompor ao lado daqueles membros da

sociedade mais forte, que pelo menos os presenteou os respeitou e não os agrediu.

Embora tenhamos consciência do heroísmo e do sacrifício de inúmeros companheiros, nunca nos poderemos esquecer de que quando estamos em processo de atração, estamos na verdade sendo pontas de lança de uma sociedade complexa, fria e determinada; que não perdoa adversários com tecnologia inferior. Estamos invadindo terras por eles habitadas, sem seu convite, sua anuência. Estamos lhes incutindo necessidades que jamais tiveram. Estamos desordenando organizações sociais extremamente ricas. Estamos lhes tirando o sossego. Estamos os lançando num mundo diferente cruel e duro. Estamos muitas vezes, os levando à morte.

(Funai, 1987)

O encontro foi o resultado de uma longa luta de Possuelo, pela abertura de um espaço político maior para os sertanistas, o que foi gradativamente tomando forma a partir de uma série de reivindicações pela profissionalização da carreira, pois a FUNAI herdara do extinto SPI um quadro deficitário de servidores, que ganhavam baixíssimos salários e não tinham qualquer qualificação específica. Com a implementação de cursos técnicos em indigenismo, a partir do fim dos anos 1960, o órgão começou a investir na geração de um quadro especializado de profissionais (Freire, 2005). Estes cursos, realizados ao longo dos anos 1970 e meados dos anos 1980, contaram com a participação de antropólogos como Julio César Melatti, Roque Laraia, Alcida Rita Ramos e Daniel Gross (Freire, 2005 : 101). Era por meio deste curso de formação em técnico em indigenismo, que se poderia ascender à carreira de sertanista recém-regulamentada pela FUNAI,

No encontro de 1987 participaram 15 sertanistas, dois antropólogos, um técnico indigenista (José Carlos Meirelles) e um linguista, pesquisador do Museu do Índio. O resultado do colóquio foi uma conquista política de Sydney Possuelo perante o então presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, que por meio de três portarias corroborou a autoridade de Possuelo e efetuou a criação do Sistema de Proteção ao Índio Isolado.

O texto, produto do encontro, começa afirmando que a “profissão de sertanista se confunde com a própria história do indigenismo oficial brasileiro [...] imbuída da intenção verdadeira de proteger as comunidades indígenas, ao contrário de políticas anteriores onde muitas vezes nem o status de seres humanos lhes era permitido”(FUNAI,1987). Saudando Rondon como patrono, herói e figura mitológica, promotor de uma política indigenista que poderia lidar com a crescente interiorização do Estado e das fronteiras econômicas (FUNAI,1987) nos territórios de ocupação indígenas, o documento faz também uma declinação da linhagem de sertanistas que morreram “no

estrito cumprimento do dever” (FUNAI, 1987), construindo a partir dessa herança um discurso legitimador das pretensões sertanistas atuais..

Foi do sacrifício dos que tombaram e do amor abnegado à causa indigenista que teria emergido a constatação dos sertanistas de que a atração de índios isolados somente serve de antessala para a entrada das forças econômicas privadas e empreendimentos governamentais no território ocupado por estes indígenas (FUNAI, 1987). Nesta operação reconhece-se “estamos lhes tirando o sossego (...) os lançando num mundo diferente, cruel e duro (...) os levando à morte.” (FUNAI, 1987). Setenta e sete anos após a criação do SPI, “graças ao empenho de Vossa Senhoria¹² e a dedicação do companheiro Sydney Possuelo” (FUNAI, 1987), foi possível organizar o encontro, onde os sertanistas chegaram à algumas conclusões. O contato é nocivo aos indígenas, sendo por este motivo necessário rever o conceito de proteção: “concordamos, que se ele [o índio não contatado] é mais feliz vive melhor e não está ameaçado, deveremos evitar que isto seja destruído” (FUNAI, 1987). O contato, portanto, somente deve ser feito como último recurso, quando não houver mais formas de amortizar a pressão sobre essas destas comunidades, já que a experiência pós contato é registradamente uma falência do ideal indigenista, e uma vitória das forças econômicas.

Se o contato for inevitável, apesar de todas as dificuldades, este ato em si ocorrerá naturalmente. Os efeitos posteriores ensinam a história e nossa experiência, são sempre frustrantes para estes índios: adoecem das moléstias para nós mais simples e, por não terem anticorpos morrem facilmente. Temos milhares de exemplos de grupos inteiros mortos, em passado recente por gripes, sarampos, coqueluche, etc. Em vista disto no trabalho de contato, a questão de saúde é essencial e prioritária, não devendo a FUNAI jamais negar recursos para esta finalidade.(FUNAI, 1987)

O documento também aponta o fato de que a FUNAI detém substanciais capitais fundiários, que deveriam ser utilizados como instrumento de barganha junto ao Governo Federal para aumentar sua força perante outros setores do Estado, considerando as áreas demarcadas e protegidas para os isolados como reservas de recursos florestais, hídricos de fauna e flora, dos quais os índios seriam guardiões. Após estas constatações, há um apelo à Romero Jucá para que apoie o projeto,¹³ e o documento é concluído com mais uma referência à experiência sertanista: “Parecemos humildes e desprovidos do charme urbano. Mas temos a força do conhecimento, da experiência e desta mesma

12 Refere-se ao presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho.

13 “Temos certeza da grandeza de Vossa Senhoria e, entrar para a história, como o responsável por uma tomada de posição na busca por melhores dias para os índios isolados que ainda permanecem vivos e intactos, neste, nosso país.”(FUNAI, 1987)

humildade. Temos muito à oferecer a FUNAI e aos índios deste país.” (FUNAI, 1987)

As conclusões do encontro são uma crítica ao modelo de atração de herança rondoniana (e colonial), assim estabelecendo novos paradigmas para a política perante os índios não contatados. O contato é, como foi historicamente realizado e pensado, é prejudicial aos índios, sendo que estes vivem melhor e com dignidade no estado anterior ao contato. Caso não estejam diretamente ameaçados, na iminência de alguma catástrofe, devem ser protegidos, sendo que a elaboração do conceito de proteção e sua implantação deverá ficar a cargo dos sertanistas. Para isso, todos os grupos isolados devem ser estudados e catalogados, suas áreas de ocupação interditadas, vigiadas e protegidas. Caso o contato seja imprescindível, que seja feito com muito cuidado, principalmente com relação à saúde dos indígenas, que não possuem imunidade contra doenças comuns na sociedade nacional. É necessário sobretudo zelar para manter a auto-determinação e a auto-suficiência dos grupos recém-contatados, para que não se estabeleçam relações paternalistas e de dependência.

Para tal, é necessária uma renovação dos quadros de sertanistas da FUNAI, com a contratação de profissionais responsáveis e cômicos da gravidade da situação e da sua responsabilidade histórica, tendo acesso a toda a tecnologia disponível para o bom cumprimento deste mandato. Por isso, mesmo com a ajuda e a colaboração da sociedade civil, da academia, das ONG e agências internacionais, a autoridade final de decisão sobre a política para os isolados deve ser exclusivamente dos sertanistas.

O resultado do encontro e deste documento, foi a elaboração das diretrizes para a Coordenadoria de Índios Isolados (CII) (Portaria nº 1.900/FUNAI,06/07/1987), criando ainda o Sistema de Proteção ao Índio Isolado – SPII e aprovando a competência da Coordenadoria de Índios Isolados (Portaria nº 1.901/FUNAI,06/07/1987). Com as conquistas políticas do Encontro de Sertanistas, a criação da Coordenadoria de Índios Isolados e o estabelecimento do Sistema de Proteção aos Índio Isolado, os sertanistas – neste momento, sobretudo, Sydney Possuelo – agora detém o poder político e a autoridade para desenhar as ações que transcendem as etapas iniciais de atração e pacificação. Agora, eles são artífices e responsáveis por todo um longo processo que começa com decisões referentes à manutenção ou não do isolamento dos indígenas, e se estende às políticas pós-contato concernentes à: saúde, administração de verbas mitigatórias de empreendimentos, acesso de outros agentes e colaboradores às áreas dos isolados, as ações de vigilância e proteção destas áreas e etc.



Foto: Sertanista Rieli Franciscato e Binin Matis na expedição de localização no rio Bóia, 2009. Créditos: JF Diorio, AE.

Surveillance générale de la population, vigilance muette, mystérieuse, inaperçue... C'est l'oeil du gouvernement incessamment ouvert et veillant indistinctement sur tous les citoyens sans pour cela les soumettre à aucune mesure de coercition quelconque.

(Michel Foucault, Surveiller et Punir, 1975)



O Sistema

O Sistema de Proteção do Índio Isolado (SPII) é um compêndio organizacional elaborado pela Coordenadoria de Índios Isolados que foi aprovado pelo presidente da FUNAI em 06 de Julho de 1987, sendo posteriormente desenvolvido em suas nuances e finalizado em 29 de de Agosto de 1988. Produto do consenso conceitual que emergiu durante o Encontro de Sertanistas, onde o paradigma do não-contato e isolamento se tornou a nova referência dos trabalhos da FUNAI em relação às comunidades não contactadas pela ação do Estado e pelas frentes de expansão econômica na Amazônia. Seu objetivo principal é o exercício de re-estruturação das competências do CII, assim como das Superintendências Executivas Regionais (SUER), no que tange às ações relacionadas aos isolados, além de catalogar todas as informações referentes às práticas sertanistas, critérios de recrutamento de auxiliares indigenistas, formação de expedições de localização, criação de Postos de Vigilância, cuidados com a saúde indígena e outras minúcias do campo.

A parte organizacional do sistema é focada na estrutura administrativa e executiva da CII, pensando na criação de núcleos interdependentes de profissionais com especializações específicas,

que trabalhariam em sinergia. Os três principais eixos das práticas de proteção – localização, vigilância e contato – são assim transformados em unidades operacionais, cada um com sua equipe específica, e com seus esforços centralizados e coordenados pela CII em Brasília.

Subsistema de Localização

- . Equipe de Localização
- . Núcleo de Apoio

Subsistema de Vigilância

- . Posto Indígena de Vigilância
- . Equipe Móvel de Vigilância
- . Núcleo de Apoio

Subsistema de Contato

- . Posto de Contato
- . Equipe Móvel de Contato
- . Núcleo de Apoio

As unidades e seus integrantes são intercambiáveis, dependendo da necessidade, sendo subordinados tecnicamente à CII, porém administrativamente às SUER, o que causou um certo conflito organizacional, pois descentralizou os esforços da CII e forçou negociações políticas entre Possuelo e os administradores regionais das Superintendências. Cada unidade do sistema deveria contar com uma série de profissionais, com capacidades específicas, de acordo com as necessidades das atividades de proteção.

Sertanistas, Técnicos Indigenistas, Auxiliares de Sertanistas, Intérpretes, Motoristas Fluviais, Auxiliares de Enfermagem e Auxiliares Administrativos eram profissionais necessários para os postos e equipes, enquanto Armazenistas, Motoristas, Vigilantes, Radiotelegrafistas e Auxiliares de Serviços Gerais comporiam os núcleos de apoio. Os núcleos de apoio realizariam todas as tarefas de caráter administrativo, de apoio logístico e operacional das unidades integrantes dos subsistemas. Poderiam compor as equipes outros profissionais, como Historiadores, Antropólogos, Linguistas, Jornalistas, mediante necessidade. A manutenção destes quadros qualificados foi – e continua sendo

– uma das principais dificuldades da implementação do Sistema.

Além da capacitação técnica requerida para os trabalhos, os integrantes deveriam reunir outros atributos necessários, dada a natureza e as propriedades do trabalho na selva, com a questão indígena, em lugares remotos onde “É preciso que saiba nadar, remar, conduzir embarcações, utilizar, com perícia, facão e machado, operar aparelhos de radiocomunicação ter noções de mecânica e de consertos de motores estacionários e fluviais.”(FUNAI, 1987). Era também um requisito poder viver sem contato ou acesso imediato aos serviços de saúde, além de todas as dificuldades inerentes de se viver no sertão, físicas e psicológicas.

Observadas as peculiaridades próprias de cada, categoria profissional e os diferentes objetivos de cada Subsistema as atividades do SISTEMA DE PROTEÇÃO AO INDIO ISOLADO assemelha-se na sua prática de, forma a permitir um perfil geral das qualidades e requisitos desejáveis, comuns a todos os seus integrantes. Os integrantes das categorias básicas deverão possuir experiência e sobrevivência na selva, bem como orientação e leitura de cartas geográficas. É também fundamental que sejam experientes na identificação de sinais e vestígios de índios isolados, na caça e pesca, no tocante à flora amazônica seu aproveitamento e utilização na construção de abrigos ligeiros e de casas típicas do sertão. (FUNAI, 1987)

O Subsistema de Localização sendo composto por uma equipe de localização e um núcleo de apoio, representa um elemento da continuidade das práticas expedicionárias dos sertanistas, sendo seus membros os responsáveis por fazer as expedições, terrestres, fluviais ou aéreas de localização geográfica dos índios isolados e o levantamento de informações acerca destas comunidades, evitando o contato com os indígenas. Suas atribuições, além da localização dos índios, seria a de proteger os vestígios materiais de ocupação indígena que fossem encontrados, formular cartas geográficas das aldeias, caminhos, acampamentos de caça, tapiris, cemitérios, roças e outros sinais que comprovam a ocupação indígena na área em estudos, além da ocupação não indígena, como garimpos, posses, fazendas, estradas, campos de pouso e áreas desmatadas (FUNAI, 1987). Qualquer informação relevante sobre as comunidades estudadas e seu devido registro e utilização para subsidiar as atividades de proteção e vigilância, são competência desta equipe. É interessante notar que no SPII não se menciona a composição de mulheres na equipe. As conclusões de cada expedição são aglomeradas em um relatório, que será uma peça fundamental nos trabalhos de proteção e localização, coordenados em Brasília.

É um grupo de homens sem base fixa, com experiência e operação na selva em sobrevivência,

identificações de sinais e vestígios de índios isolados. O grupo é composto, estruturado e equipado para operar em regiões inóspitas, distantes, difícil acesso e por longos períodos de isolamento.

Definida sua área de atuação dentro dos limites estabelecidos, dispõe o grupo, dada natureza de seu trabalho e do isolamento que lhe é próprio, de ampla autonomia operacional. (FUNAI, 1987) Grifo meu.

O Subsistema de Vigilância sendo composto por unidades fixas ou móveis de fiscalização das terras habitadas pelos isolados, deve estabelecer a proteção física, patrimonial e cultural dos indígenas (FUNAI, 1987), por meio da instalação de Postos Indígenas de Vigilância ou da composição de equipes móveis de vigilância. Suas atribuições são a proteção territorial dos indígenas, por meio da vigilância dos principais pontos de acesso à área, além de expedições regulares de fiscalização dos limites da T.I., em busca de sinais de invasores. Quaisquer indícios de algum projeto que incida sobre a área de proteção, mesmo legal, devem ser fiscalizados por esta equipe. Além disso, ela seria responsável pelo acompanhamento dos indígenas, informando a movimentação dos mesmos.

Finalmente, o Subsistema de Contato, tem como finalidade estabelecer o contato com os índios isolados, dentro dos parâmetros estabelecidos pela nova política do isolamento. É historicamente, o papel dos antigos Postos Indígenas, funcionando como uma base dentro da Terra Indígena, desempenhando as mesmas funções dos Postos Indígenas de Vigilância, porém com ações específicas para as situações posteriores ao contato.

Uma das principais preocupações na elaboração do Sistema foi pensar práticas que pudessem lidar com o aspecto de maior vulnerabilidade das comunidades isoladas ou no momento do contato, a saber a questão da saúde e imunização. Era expressamente proibido aos integrantes das equipes permitirem a entrada de pessoas com sinais ou sintomas de doenças infecto-contagiosas, fornecer alimentos industrializados, enlatados e refinados aos indígenas, compartilhar vasilhames nem roupas com os índios. O outro foco eram os programas de vacinação, na época da formulação do Sistema, porém as ações de profilaxia e assistência médica eram promovidas pela própria FUNAI, o que mudou em 1991 com a criação da FUNASA e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEI), órgãos em que esquemas de corrupção foram abundantes e cujas ações de saúde nas áreas dos isolados foram extremamente problemáticas (Luciano, 2006).

A terceira parte do SPII é reservada para uma cartilha de indicações gerais sobre o trabalho sertanista, compilada de forma a funcionar como um manual prático do sertanismo, onde são descritos várias “dicas” de como se pode implementar eficientemente o Sistema. Inclui desde

instruções sobre a organização de expedições, logística, equipamento individual, treinamento, compra de gêneros alimentícios, combustível e lubrificantes, armas e material de pesca, até coisas mínimas, como não esquecer agulhas de costura ou seringas, para não comprometer a expedição.

Também são descritas técnicas para manter a saúde e o *esprit de corps* da equipe, como a reflexão prática sobre o uso de uniformes, cuidados com assaduras na parte interna superior das coxas devido ao uso de calças jeans novas, reflexões sobre a poluição sonora de rifles calibre 22 e a não utilização de cartuchos recarregados na expedição. Uma imensa lista de materiais utilizados nas expedições, postos de vigilância e núcleos de apoio é descrita, como uma forma de *check list*, num esforço de minúcia sobre as lidas práticas do trabalho.

A segunda parte desta cartilha, é uma descrição ideal e teórica de como eram efetuados os trabalhos de contato antes da nova política, compilada por Luiz Bueno Horta Barbosa, responsável pela pacificação dos Kaingang. É dividida em duas fases: os trabalhos da Frente de Contato, caracterizados como aqueles do momento em que a equipe procura estabelecer o contato com os isolados, iniciando com as etapas de estudo, organização da expedição e sua implementação (compra de materiais, recrutamento de expedicionários, trâmites administrativos, entre outros). Essas etapas irão progredir em uma flecha temporal para as etapas de efetivação da expedição, construção da instalação física da expedição, assim como de tapiris para a oferta de brindes – a fase do namoro – culminando com o contato pacífico e o estabelecimento formal das relações entre a comunidade e o Estado.

Inicia-se com a descoberta pelo índio da Frente de Contato, que passa a vigiar todo o movimento ali efetuado. Está em andamento um processo de estudo de ambas as partes, principalmente dos índios que não sabem que porque ali estamos, e culminará na confraternização ou conflito, dependendo em sua maior parte das experiências passadas do grupo indígena com os segmentos da sociedade nacional e nas condições atuais a que estejam submetidos. Todavia é de grande importância a habilidade do Chefe da Frente., no sentido de analisar os sinais de aceitação ou hostilidade externados pelos índios, e aproveitar, na medida do possível, as agressões sofridas para reforçar demonstrações de paz e amizade, inspirando aos índios, condições de segurança para que dêem contato. Nas duas hipóteses abaixo apresentadas, permeiam inúmeras variáveis com progressos e retrocesso relacionamento.

(FUNAI, 1987)

A partir daí, seriam implementadas as ações de imunização e assistência de saúde, dando início à fase de levantamento fundiário e demarcação das terras, em que a equipe se desvincularia da comunidade e passaria a responsabilidade para o Posto Indígena e funcionários de outros departamentos da FUNAI.

Os trabalhos da CII foram formulados e pensados constelando este compêndio de

informações, que é referência até hoje no âmbito da Coordenação. Quando fui aprovado para estagiar na CGIIRC, recebi este documento, um mapa com as referências de índios isolados e recém contatados sob a responsabilidade da Coordenação, além de outros materiais educativos. Este é o rito de passagem para qualquer pessoa que pretende trabalhar com os isolados, pela FUNAI, apesar dele não ter sido implementado em toda a sua complexidade, por diversos fatores.

Sydney Possuelo comandou a CII de 1987 até 2005, se ausentando da coordenação durante a época que presidiu a FUNAI, entre 1991 e 1993, quando a Coordenação ficou sob a responsabilidade do sertanista Wellington Figueiredo. Ao longo dos anos ela sofreu algumas reestruturações, sendo renomeada para Departamento de Índios Isolados (DEII) e posteriormente Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII), durante a gestão do sertanista Marcelo dos Santos. Em 2009, como consequência de um novo decreto presidencial, foi unificada com a a Coordenação Geral de Povos Recém Contatados, criada em 2003, se tornando a CGIIRC – Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, ficando responsável por todas as políticas indigenistas e ações voltadas às comunidades que não haviam contato formal com o Governo antes de 1987.



Foto: Expedição de localização dos isolados pela FUNAI no Rio Boia, Vale do Javari, 2009. Créditos JF Diorio, AE.

Capítulo III – A CGIIRC

Só podia encontrar a felicidade se conseguisse subverter o mundo para o fazer entrar no verdadeiro, no puro, no imutável.

(Franz Kafka)



Sertanistas de Bureau

Após a saída de Possuelo da CGIIRC, entrou na chefia Marcelo dos Santos, responsável, junto com o sertanista Altair Algayer pelo contato com os índios Akunt'su e Canoê e o índio do buraco, na área das atuais T.I. Omerê e Tanaru. Após a sua saída, em 2006, entrou na chefia da Coordenação Elias dos Santos Bigio, que permaneceu no cargo até 2011, quando pediu licença e foi substituído por Carlos Travassos. Minha estadia na CGIIRC foi durante este momento de transição, entre Elias e Carlos, de 2010 até 2012.

A estrutura da CGIIRC é organizada de forma que ela coordene as ações das Frentes de Proteção Etnoambientais (FPE), que substituíram as antigas Frentes de Atração (FA). Quando entrei na FUNAI, estas eram no total 6. Após a reestruturação em 2010, se tornaram 12 frentes. Cada uma é chefiada por um sertanista ou técnico indigenista, e são responsáveis pela promoção do SPII, localização, vigilância e proteção dos índios.

A CGIIRC trabalha com um sistema de *referências* de índios isolados. Uma *referência* é um

indício da presença de índios isolados na área forte o suficiente para ser considerado factível e passível de ações de localização. Algumas *referências* representam meras suspeitas, com duas ou três *informações*¹⁴ documentadas, enquanto outras envolvem estudos mais abrangentes, mesmo sendo *referências* não confirmadas. A confirmação se dá por meio das expedições de localização promovidas pela Coordenação Geral, as Coordenações Regionais (CR's) e as FPE.

Para que alguma *informação* provinda de informantes da sociedade civil, missionários ou instituições públicas seja transformada em referência, passando a compor o banco de dados da CGIIRC, é preciso que ela seja cruzada com outras informações que a corroborem, ganhando substancialidade. É da competência dos técnicos da CGIIRC transformar estas informações em uma referência do banco de dados da FUNAI, sendo que a partir disto, serão mobilizadas as ações que confirmarão se ela representa de fato a existência dos índios ou consiste somente em um mero boato infundado.

Atualmente, são 23 referências confirmadas, ou seja, grupos indígenas isolados reconhecidos pela FUNAI e pelo Governo Brasileiro; há também 7 referências de índios recém-contatados (contatados *após* a criação do SPII e do I Encontro de Sertanistas) e 47 referências em estudo, ou não confirmadas. As FPE's originais, anteriores à reestruturação são: a Cuminapanema (FPEC), no estado do Pará, responsável por 5 referências de índios isolados, além da referência de índios recém-contatados dos Zo'é; a Envira (FPEE), no sul do Acre, com 6 referências de isolados; Guaporé (FPEG), em Rondônia, que possui 4 referências de isolados e 2 de recém-contatados (os Akunt'su e Kanoê); a Frente Madeirinha (FPEMadeirinha) no Mato Grosso, com 5 referências de isolados e 1 de recém-contatados (os Piripkura); a Vale do Javari (FPEVJ), no norte do Amazonas, com 14 referências de isolados e 1 de recém-contatados (Korubo do Igarapé Quebrado) e a Frente Purus (FPEP), localizada no sul do Amazonas, com três referências de isolados e uma de recém-contatados (os Suruwahá).

Após a reestruturação, se somaram as FPE's Yanomami (FPEY), com 5 referências de isolados e responsável pelos 19.500 índios Yanomami e Yekuana considerados de recém-contato; a Uru-Eu-Wau-Wau (FPEU), que foi uma divisão da antiga frente Guaporé, agora responsável por 4 referências de isolados; Médio Xingu (FPEMX) no Pará, com três referências de isolados; Frente de Proteção Etnoambiental Madeira (FPEMadeira), uma subdivisão da antiga frente Madeirinha, responsável por 6 referências de isolados; Juruena (FPEJ), no nordeste do Mato Grosso, com 5

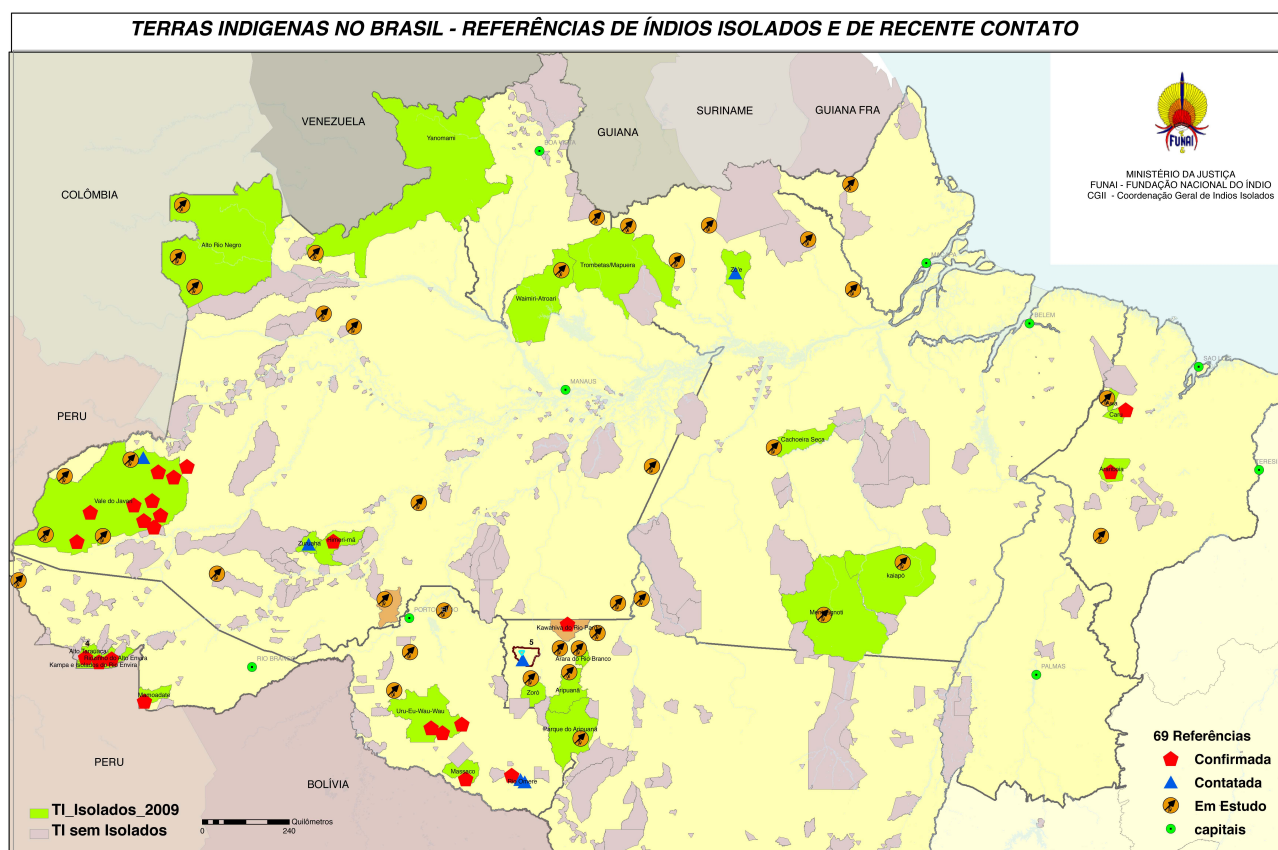
14 *Informações*, no âmbito da CGIIRC, são quaisquer indícios da existência de índios isolados em alguma área. Boatos de ribeirinhos, garimpeiros, caçadores ilegais, informações de missionários, sobrevôos que acidentalmente registram indícios de ocupação indígena não conhecidos anteriormente e até o Google Earth já proveram *informações* estudadas pela Coordenação.

referências de isolados e a frente Awá Guajá (FPEAG), no Maranhão, com 4 referências de isolados e uma de recém-contatados (Awá-Guajá, Aurê-Aurá e Tiracambu-Awá).

A CGIIRC, no edifício-sede da FUNAI, coordena os trabalhos das 12 Frentes de Proteção Etno-Ambientais (FPE). São também centralizados na Coordenação os trâmites de liberação de recursos, análises e elaboração de componentes indígenas em projetos de infra-estrutura na Amazônia que influenciem, de certa forma, os isolados, e a contrapartida financeira pelos projetos, além da articulação de ações com outras esferas do governo, autorização de ingresso de jornalistas e equipes de filmagem. Porém cada FPE possui uma certa autonomia, pela figura do sertanista que está chefiando a mesma.

A CGIIRC é subordinada à DPT (Diretoria de Proteção Territorial, coordenando as doze frentes de proteção etnoambiental, cada uma com suas peculiaridades. O que emergiu em meu campo, foi o caráter personalístico que cada frente possui. Geralmente, as de maior sucesso, são chefiadas pelo mesmo sertanista há anos. Somente alguém abnegado, no sentido de se tornar um Sertanista, consegue tempo para construir uma FPE. A história das parcerias, das políticas, das estratégias de obtenção de recursos e de gerência da FPE Envira, por exemplo, é a história de vida de José Carlos Meirelles cujas articulações políticas com o Governo do Acre por muitas vezes permitiram contornar algumas dificuldades que surgiram na relação entre a FPE Envira e a sede da FUNAI em Brasília. Já a Frente do Vale do Javari, foi muito marcada pela gerência de Rieli Franciscato, com toques de recolher para os funcionários dos postos e racionamento do tempo permitido para ver televisão nas horas vagas. A Frente Guaporé, estruturada por Altair Algayer (Alemão) e seu modelo de relatoria e administração é tida como referência para as práticas de gestão de uma Frente. Estas FPEs estão distribuídas em 8 estados.

Figura 1 – Localização e áreas de atuação das frentes de proteção etnoambientais no Brasil



Fonte: FUNAI (2010)

O processo de estudos e subsídios para a localização das referências de índios isolados é efetuado pelos técnicos da Coordenação. Ao longo dos anos, informações são arquivadas na Coordenação e passam pelo processo de composição de uma referência. Quando há o interesse político e econômico, como quando algum empreendimento econômico¹⁵ na Amazônia será efetuado em uma área onde há uma referência de isolados, começa a mobilização de Estudos no Acervo Documental, sendo assim dado um parecer da CGIIRC à Diretoria de Proteção Territorial (DPT). Caso seja do interesse da DPT, será organizada uma expedição de localização e confirmação da referência, sendo coordenada pela CGIIRC. Em minha estadia na FUNAI, não presenciei nenhum estudo de referência que não fosse demanda de algum empreendimento econômico. Abertura de estradas, construção de Usinas Hidroelétricas e linhas de transmissão de energia na Amazônia, quando projetadas em áreas as quais é reconhecido no banco de dados da CGIIRC que

¹⁵ Em grande maioria, são empreendimentos do Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) do Governo Federal.

há referências de isolados, são submetidos ao escrutínio dos técnicos da CGIIRC, para análise e a formulação do que é chamado de “componente indígena”. Este é um parecer, feito pelos técnicos, de que o projeto econômico não irá prejudicar os índios isolados, sendo assim liberado pela FUNAI e aprovado para a continuação da implementação do projeto.

Em 2006, foi mobilizada uma oficina de planejamento, entre a CGIIRC, os coordenadores das FPE's, e representantes convidados das principais ONG's que possuem parceria nos programas de proteção dos índios isolados, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CTI, o Instituto Sócio Ambiental (ISA) e a Associação de Defesa Entoambiental Kanindé. Neste encontro, foram normatizadas as etapas de estudo das referências, organizadas pelo tipo de ação efetuada.

Quadro 2 – Referências e Suas Fases de Ação

| SITUAÇÃO | FASES DA AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|--|-----------------------|--|
| REFERÊNCIA EM ESTUDO Informações sobre a existência de índios isolados | Não Trabalhada | Referência esparsa ou pontual sem confirmação. Ainda não trabalhada pela CGIIRC/FUNAI. |
| | Documentada | Referência com informações e documentos vindos de mais de uma fonte e/ou fonte com trabalho local continuado. |
| | Pesquisada | Levantamento, investigação e pesquisa em campo com intuito de averiguar a procedência da informação. |
| | Localização | Localização de índios isolados é o desenvolvimento de um conjunto de atividades, por meio de expedições em campo, que visam identificar a posição geográfica (áreas de ocupação); além de toda e qualquer informação e vestígios que contribuam para a proteção e caracterização da etnia (aspectos físicos, linguísticos, culturais e cosmológicos, etno-históricos); como também os possíveis perigos a que os isolados estão expostos |
| | Monitoramento | O monitoramento consiste em acompanhar, por meio do trabalho da FPE e/ou fontes diversas, a dinâmica de ocupação territorial, aumento/decrécimo populacional dos índios isolados, bem como os possíveis riscos (diretos ou indiretos) a que o grupo está exposto. |
| | Vigilância e proteção | Proteção - Conjunto de ações, executadas por meio da localização, |

| | | |
|---|------------------------------------|--|
| REFERÊNCIA CONFIRMADA Confirmada a presença de índios isolados | | monitoramento, vigilância, educação ambiental, gestão socioambiental, tendo como foco a integridade física e cultural do índio. Vigilância – Ações rotineiras relacionadas à vigilância do território indígena, e seu entorno, tendo em vista o impedimento de invasões e atividades que comprometam a sobrevivência física e cultural dos índios isolados e de recente contato. |
| | Gestão Socioambiental | Atividade integrante do eixo etnoambiental realizado nas Terras Indígenas (TI) habitadas por índios isolados e de recente contato, com o intuito de levantar as reais disponibilidades de recursos provenientes de seus territórios, a médio e longo prazo, tendo em vista a sobrevivência dos índios. |
| | Em fase de contato | A Frente de Proteção Etnoambiental desencadeia metodologia de contato, uma vez que a ação tenha sido aprovada pelo Comitê de Gestão (Portaria No. 230/FUNAI/2006) |
| REFERÊNCIA RECÉM-CONTATADA Índios recém-contatados acompanhados pela CGIIRC | Contato Estabelecido | Contato estabelecido com estrutura do Sistema de Proteção ao Índio Isolado (SPII) e da Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados (CGIIRC) |
| | Contato estabelecido/não assistido | Contato estabelecido, no entanto a CGIIRC ou outra instituição não desenvolve trabalho permanente. É uma situação existente que não deve ser considerada dentro das fases de trabalho. |
| REFERÊNCIA CONTACTADA | Repassado | Transferência de responsabilidade dos trabalhos junto aos índios que não mais são considerados de recente contato, da CGIIRC para outra instância da FUNAI. |
| REFERÊNCIA REFUTADA | Refutado | Após avaliação do Comitê Gestor, baseando-se no trabalho de levantamento da FPE, chega-se à conclusão de que a informação não têm fundamentação. |

Fonte: (Vaz ,2011 : 16-17)

A Coordenação não possuía recursos humanos suficientes para um projeto contínuo de estudos das referências não-confirmadas, sendo estes sempre frutos de demandas urgentes. Assim, mesmo sendo comprovado impactos sobre as áreas geográficas dos isolados, tanto pelas obras dos empreendimentos, quanto pelo seu funcionamento, as ações da Coordenadoria se limitavam a tentar mitigar esses impactos por meio de compensações financeiras. Vários programas de proteção da Coordenação são custeados por convênios disso derivados. Outra parte substancial das verbas de operação da Coordenação são oriundos de parceiras com ONG's que captam recursos tanto do próprio Governo Federal, quanto de países estrangeiros, sendo a principal o Centro de Trabalho

Indigenista (CTI).

Este mecanismo de financiamento por terceiros é vantajoso principalmente para contornar os trâmites burocráticos de liberação de recursos para as frentes, já que não há um planejamento estratégico e orçamentário eficiente¹⁶ por parte dos coordenadores das frentes, o que torna as demandas por descentralização de recursos de caráter predominantemente emergencial. Geralmente é na adversidade - quando há problemas urgentes¹⁷ - que os pedidos de recursos são feitos, e o trâmite padrão para a obtenção de dinheiro requer o levantamento de orçamentos e pregões eletrônicos, o que pode implicar na demora de meses para a efetiva liberação da verba, enquanto o financiamento via parcerias não requer estas práticas, sendo menos burocrático e mais rápido.

Quando não é o problema de verbas para o desempenho das atividades, a falta de pessoal capacitado para trabalhar nas frentes é outro grande obstáculo para a CGIIRC. As frentes operam fundamentalmente utilizando o serviço dos *mateiros*, que são pessoas com habilidade de transitar eficientemente pela floresta e são, de certa forma, uma espécie de mediadores suplementares entre os sertanistas e o sertão. O perfil dos *mateiros* é o de pessoas humildes, ribeirinhos, índios, crescidos no local, com baixa escolaridade e baixos salários, quase sempre contratados por uma empresa especializada em terceirizar serviços. Na época que entrei na FUNAI, a empresa prestadora de serviços era a Monte Sinai, que foi acusada de inúmeros escândalos, principalmente no que tange direitos trabalhistas e atrasos de pagamento. Este quadro tornou problemática a contratação de *mateiros* para as frentes. Além dos *mateiros*, há a dificuldade em se renovar os quadros técnicos. Após o concurso de técnico indigenista da FUNAI em 2010, grande parte dos técnicos indigenistas que passaram no concurso e foram alocados nas Frentes não se adaptaram ao trabalho na selva, pedindo exoneração. Aparece aí uma direção interessante de pesquisa e que não será focada neste trabalho, que é o conflito entre a profissionalização de agentes pelos requisitos administrativos e burocráticos do regime de servidor público e a carreira de sertanista. Grande parte dos sertanistas atuais possuem origens humildes e começaram como *mateiros*, enquanto os servidores públicos aprovados no último concurso demonstraram extrema dificuldade em trabalhar no mato.

A falta de uma comunicação eficiente entre a Coordenação e as Frentes era uma reclamação constante, durante minha estadia na CGIIRC. Devido à alta rotatividade de coordenadores, à nova expansão de seis para doze frentes e ao caráter predominantemente personalista das práticas

16 Frequentemente ouvi na Coordenação que uma das grandes frustrações dos Coordenadores de Índios Isolados e Recém-Contatados era a de que os Coordenadores das Frentes somente acionavam a FUNAI em Brasília quando precisavam “apagar o fogo”, uma alusão ao fato de que somente quando haviam problemas graves é que as FPE's se submetiam a serem coordenadas pela CGIIRC.

17 Falta de gasolina, mantimentos,

sertanistas, era uma demanda constante na Coordenação a criação de instrumentos que normatizassem as práticas nas Frentes. Modelos de relatoria, programação orçamentária, frequência de ações de vigilância e proteção, entre outras coisas, foram assuntos recorrentes durante as 3 reuniões entre o corpo técnico da CGIIRC e os coordenadores das FPE's que presenciei. Por parte das frentes, as reclamações eram relacionadas com a falta de agilidade da CGIIRC na resposta, quando esta existia, aos relatórios sazonais e de expedições, além da demora na descentralização de recursos.

Partindo do eixo ordenador estabelecido pelo SPII, focado em três tipos de ações; *localização* dos índios isolados, *vigilância* das áreas ocupadas por estes e, caso haja a necessidade, o *contato* definitivo, as atividades da CGIIRC são executadas pelas FPE's, nas respectivas áreas subordinadas à estas. Segundo Vaz (2011), os trabalhos de localização duram em média 3 anos e é durante esta fase que se levantam a situação das comunidades, as pressões que estão sofrendo e que os fatores que ameaçam a sua sobrevivência, de modo a definir as ações de proteção territorial da área.

Porém nos meus dois anos de pesquisa e trabalho para a CGIIRC, não houve registro de continuidade de nenhum destes estudos, somente demandas pontuais de pesquisa sempre motivadas pela necessidade da FUNAI fazer o levantamento dos componentes de impacto sobre as populações indígenas dos empreendimentos na Amazônia derivados do PAC, ou por problemas emergenciais e extraordinários. Apesar de haver uma certa divisão no corpo técnico da CGIIRC, entre cientistas sociais, geógrafos e outras especialidades, quase todos desempenham as mesmas funções: dar diligência aos processos de descentralização de recursos e pedidos de dinheiro das FPE's, acionar algum outro órgão auxiliar nas atividades da FUNAI (Ibama, PF, PM, Exército, etc). E assim por diante.

A questão do dinheiro é central na CGIIRC, o que é outra direção interessante para uma etnografia da instituição. A equipe que desempenha as funções administrativas é focada principalmente na burocracia das requisições de verbas por parte das FPE's, operação chamada de “descentralização de recursos”. Esta é a parte do arquivo mais importante para a Coordenação, armazenada no que se refere ao ano em exercício na própria sala do Administrativo, que é contígua à sala da chefia. Após o término do ano, este material vai para o Arquivo Geral, juntando-se com o acervo de décadas de política indigenista. Porém com frequência eu era requisitado a reaver um destes memorandos, ofícios ou solicitações de proposta orçamentária (SPO), para poder prestar contas sobre discrepâncias nos pagamentos. Como já afirmei e devo sublinhar, as ocasiões em que

foram mobilizados esforços para estudos sobre os indígenas somaram enquanto estive lá quatro ou cinco episódios, sendo que a maior parte do potencial humano da CGIIRC se ocupa mais com questões administrativas e burocráticas.

O espaço físico da Coordenação, distribuído em duas salas, consiste em uma das metades do vão central do segundo andar do prédio-sede da FUNAI, em Brasília. É o espaço que fica entre o corredor central, que dá acesso aos elevadores, e os fundos do prédio, com as escadarias de acesso alternativo. Uma das salas é onde fica o setor “Administrativo” da CGIIRC, o lugar onde as ações burocráticas tomam forma, e a sala do Coordenador Geral, onde ocorrem as reuniões mais “estratégicas”. Estes dois espaços são separados por uma porta e uma divisória. A outra parte da Coordenação, apartada completamente da anterior, é onde ficam os “técnicos”, distribuídos em ilhas, cada um com seu computador, distribuídos em dois ambientes pois no centro há os banheiros e a copa. Nos fundos, isolado por uma divisória e uma porta, fica o Arquivo Geral da CGIIRC, meu lugar solitário de trabalho. Muitas vezes os técnicos se surpreendiam quando me viam saindo da sala, para tomar um café ou dar continuidade a alguma diligência, pois tinham passado o dia inteiro sem notar minha presença.

Toda essa área, desde a sala do Coordenador Geral, até o fim da sala dos técnicos, possui janelas que dão acesso ao vão central do prédio. Também possuem ar condicionado. A única sala sem circulação de ar e sem luz natural era a do Arquivo. O chão é de uma espécie de resina cinza, que combina com o tom de cinza das paredes dos corredores principais. Os corredores menores são formados pelo espaço entre as divisórias, seja de vidro fumê, ou de MDF, que estruturam as salas dos diversos departamentos da FUNAI, o que torna possível para um observador de fora saber se há pessoas trabalhando ou não dentro das salas.

O Arquivo é uma sala grande, quadrangular, com duas mesas de reuniões e os arquivos de aço com os documentos da CGIIRC desde 1989, além de mapas antigos, artesanatos e *memoráblias* das frentes de atração, fotos, quadros e até um pequeno depósito de objetos pessoais de alguns dos servidores. Quando cheguei ao arquivo, em 2010, este era cercado por arquivos de aço, de três gavetas, e possuía quatro estantes de aço, com artesanatos dos isolados e quinquilharias. Após duas remodelagens do espaço interno, feitas por mim, chegou-se à configuração atual: em uma parede há todos os arquivos de aço, com os documentos da CGIIRC de 1989 até o ano presente. As estantes agora guardam os relatórios emitidos pelas frentes de proteção, assim como um compêndio de documentos organizados por temas, além de processos fundiários protocolados pertinentes à CGIIRC, uma pequena biblioteca e os artesanatos, flechas, bordunas e outras

curiosidades dos isolados. No centro, há uma enorme mesa de reuniões, mas que funciona mais como um lugar para desenvolver as tarefas de análise de documentos, assim como uma pequena mesa redonda, esta sim tendo mais reuniões frequentes. Na outra parede, adjacente à porta, fica a estação de trabalho que ocupei por dois anos.

Era solitário. Acabei tendo mais intimidade com os ácaros e as manchas das folhas antigas, os desbotados de *telex* e as iniquidades que exsudava dos relatórios. Volta e meia sofria um interlúdio de Marizilda, sempre evocando os cuidados que devia ter em relação aos espíritos trevosos que habitavam aquele arquivo. Já que não possuía uma participação mais dinâmica durante a hora comercial, comecei me permitir, junto com Txai Terri, trabalhar no horário noturno. Não posso mentir, foi uma experiência interessante, já que fazia mais sentido para mim estar só, do que me *sentir* só. E com Txai, nunca estava alienado, sempre trocávamos afabilidades, tragos de cigarros e causos sobre a vida.

Na época em que entrei, a equipe era composta pelo Coordenador Geral, Elias Bigio, o Coordenador de índios isolados, Ariovaldo Pereira, o de índios recém contatados na figura de Antenor Vaz, e os técnicos. Ester e Rogério. Havia um técnico temporário, geógrafo especializado em formular mapas, chamado Felipe, carinhosamente apelidado como batatinha. No administrativo ficavam dois terceirizados pelo CTI, Daniela e Tiago, uma DAS Magda e uma servidora de longa data, Marizilda. Após alguns meses, entrou a Marina, como temporária também. Estes foram os integrantes da Coordenação até o início de 2011, quando mudaram o quadro. Entrou como Coordenador Geral Carlos Travassos, como de isolados Leonardo Lenin, manteve-se o de recém contatados na figura de Antenor. Ari se tornou assessor do Coordenador, junto com Marina. Com a renovação dos quadros da Funai pelo novo concurso para a contratação de servidores, entrou Leonardo Patrício, um colega meu da UnB. Ele, além de Ester, eram os únicos com formação em Ciências Sociais. Logo após, integrou a equipe Terri Aquino, o Txai, vindo do Acre. Com a mudança de Coordenador Geral, todos os integrantes do administrativo foram ou dispensados ou relocados para outros departamentos, e entrou Blandina Zimmerman, servidora de longa data, transferida da regional de Tabatinga. No início de 2012, veio uma nova servidora, com graduação em Ciências Sociais e experiência com os Yanomami, Clarisse Jabur.

O trabalho, pelo que eu observei, era distribuído de acordo com algumas aptidões já pré estabelecidas. Ester era a servidora que mais utilizava os serviços do arquivo, e sua especialidade era avaliar os componentes ambientais nos projetos que passavam pela CGIIRC. Ela também elaborava o orçamento do ano, e me orientava na organização do Arquivo. Ariovaldo era bem ativo,

e com muita experiência na qualidade de coordenador, tanto quanto Antenor. Felipe estava sempre ocupado, pois era o único especialista em geoprocessamento de dados e na confecção de mapas. Era nítido o quanto dependente de seus serviços a Coordenação se encontrava.

Havia uma clara distinção entre os funcionários que possuíam mérito por motivos da ida ao campo e os que eram considerados como típicos funcionários públicos, burocratas. Mantendo uma tradição na CGIIRC¹⁸, o Coordenador-Geral Carlos Travassos me comentou uma vez sobre sua indisposição com o funcionalismo público não engajado com a causa indígena e carreirista. O sertanista possui sua qualificação forjada a sangue e carne, como profissionais que foram formados pela escola prática do Sertão, em contraste com os burocratas. Este é o espaço mais importante de emanção da autoridade sertanista, as vicissitudes do campo, as narrativas das expedições, malárias, os contos de caçadas noturnas, pescarias, correrias e etc.

É recorrente, no discurso dos sertanistas e técnicos indigenistas da Coordenação, uma saudade bucólica pelo campo, pela vida no mato, as caçadas, pescarias, as horas lânguidas dentro da voadeira, singrando os igarapés e rios, e as logísticas da floresta. Há também uma forte preocupação sobre a regulamentação do uso de armas de fogo e do poder de polícia, pelo Ministério da Justiça, pois não há como desempenhar as funções na mata sem portar armas de fogo. A coleta de víveres durante as expedições é fortemente baseada na caça e na pesca, além da proteção pessoal dos Sertanistas. As práticas do sertanismo nos trabalhos de campo sempre utilizaram armas de fogo e a recente regulamentação negando o porte de armas aos sertanistas e o imbróglcio consequente deste status são um dos percalços atuais que dificultam os trabalhos da FUNAI. Em um dos relatórios do posto de vigilância Omerê, em 2009, foi descrita uma situação onde o posto foi invadido por peões armados, acompanhados por dois policiais militares à serviço do fazendeiro que contesta a demarcação da área da T.I. Na invasão, eles pretenderam confiscar as armas de fogo do posto, coagindo o funcionário terceirizado da FUNAI a entregar as armas. A situação dúbia do porte de armas pela FUNAI abre brechas para este tipo de situação.

Um dos casos mais emblemáticos e atuais sobre a necessidade de se portar armas de fogo regulamentadas pelos funcionários das FPE's foi um incidente na fronteira do Acre com o Peru, no início de 2011. Durante as operações de vigilância na Base do Envira, foi capturado o traficante português Joaquim Custódio Fadista, já procurado pelas autoridades policiais do Peru, sozinho em uma canoa. Ele portava uma mochila que supostamente estava carregada de cocaína, sendo a mesma atirada no rio no momento de sua captura. Após ser acionada a polícia Federal, Fadista foi

18 Possuelo afirmou a mesma coisa em entrevista a Freire (2005 : 128)

extraditado para o Peru em Agosto, porém foi solto e retornou à Base Envira, desta vez acompanhado de um grupo fortemente armado, portando roupas camufladas e fuzis militares. Ele foi novamente capturado, porém o grupo armado continuou rondando a área e chegaram a cercar a base Envira, com seus integrantes dentro. Devido ao atraso no envio de forças policiais ou do exército para defender a Base de um iminente ataque, o Coordenador-Geral, Carlos Travassos, foi pessoalmente à base para reforçar a vigilância e aumentar a pressão política com o fim de mobilizar prontamente uma resposta armada do Governo Brasileiro. Foram dias tensos, porém sem nenhum desdobramento grave. Após a instalação de um destacamento da Força Federal, e quando a ameaça do grupo armado já parecia remota, uma onça atacou dentro da Base Envira, na porta de entrada do casebre, um dos cães de segurança da equipe, sendo abatida pelos soldados da Força Federal.

A história dos trabalhos da CGIIRC é repleta de encontros com caçadores armados, madeireiros, pistoleiros e outros sortilégios do tipo. Isto também funciona para compor a ideia heróica e comprometida do Sertanista, que desempenha a sua função sem nem ao menos poder portar legalmente armas de fogo. Diversas vezes sertanistas e funcionários das FPE's foram ameaçados de morte e sofreram ataques. Leonardo Patrício me confidenciou uma vez, que durante uma ronda noturna posto Quixito de vigilância dentro da T.I. Vale do Javari, houve uma situação onde estiveram na iminência de uma troca de tiros com alguns caçadores ilegais, durante a noite, mas sem nenhum ferido. Geralmente estes caçadores acabam sendo reincidentes e voltam a cometer a exploração ilícita da fauna dentro da T.I.

No Maranhão, na T.i. Awá Guajá, a situação é mais alarmante. Todos os municípios que circundam a T.I. possuem como fonte principal de renda a exploração ilegal de madeira. Prefeitos, vereadores, delegados e o aparato estatal destes municípios são sustentados pela exploração ilegal da madeira da Terra Indígena. Na operação Arariboia, uma operação conjunta entre o Exército, Ibama, FUNAI e Polícia Federal, os madeireiros eram avisados com antecedência pelos próprios policiais militares do município de Arame, sendo que quando a força tarefa chegava ao local, todo o aparato de exploração (serralheiras, toras, tratores e caminhões) já tinham sido deslocados para outros lugares, impedindo a apreensão e a prisão dos criminosos. Após a conclusão da operação e a partida da força tarefa, os funcionários da FUNAI que trabalhavam na área foram sistematicamente ameaçados de morte.

Figura 2 – Onça Morta após Atacar a Base da Frente Envira.



Fonte: Arquivo pessoal/José Carlos dos Reis Meirelles

A profissão de sertanista continua sendo permeada de perigos e requer uma disposição incomum de seus integrantes para suportar as situações dramáticas que constantemente aparecem em campo. As lutas dos indígenas no Brasil por reconhecimento de suas terras é por muitas vezes violenta e esta violência é estendida aos funcionários da FUNAI que defendem os direitos indígenas. Algumas narrativas dos sertanistas sobre as condições de trabalho perigosas focam a centralidade do corpo como o sujeito de uma série de provações. Não estou pretendendo afirmar que os sertanistas exaltam este fator como um discurso político, já que são homens que verdadeiramente sofrem perigos e possuem um capital cuja as ações de proteção dos isolados é fundamentalmente dependente. Porém observei que este fator, o de sofrerem perigo mortal no “estrito cumprimento do dever”, é por vezes utilizado com o fim de causar um efeito de empoderamento.



Foto: José Carlos Meirelles e a equipe de sobrevôo para vigilância dos isolados no Acre. Créditos: Gleison Miranda, 2008

“If what Proust says is true, that happiness is the absence of fever, then I will never know happiness. For I am possessed by a fever for knowledge, experience, and creation.”
(Anaïs Nin)



Malárias e Flechadas

Uma das perguntas mais frequentes endereçadas aos sertanistas pela mídia é sobre a quantidade de malárias que contraíram durante suas expedições na floresta. O recorde imbatível é de Orlando Villas Boas, que afirmou ter contraído mais de 250 (Freire, 2005). Da figura do sertanista é indissociável a qualidade heróica. “Os quadros das FAs enfrentavam perigos que não imaginavam. E as tarefas cotidianas faziam esquecer os riscos usuais, as picadas de cobras, as febres, etc.” (Freire, 2005 : 151). As ameaças de morte são frequentes sendo que regularmente um sertanista “(...) pode levar um tiro ou sofrer um acidente, porque há muitos interesses econômicos na área. Se sofrer uma tocaia ninguém vai saber (...) esconde o corpo debaixo de um pau ali, enfia num buraco, acabou, ninguém acha mais”(Freire, 2005 : 160). Essas situações de risco perduram até os dias de hoje, “(...) toda equipe de frente de contato ou proteção etnoambiental enfrenta riscos de ataques de índios isolados, acidentes, fraturas, cobras,etc. Pode haver confrontos, ameaças verbais e emboscadas de fazendeiros, madeireiros ou garimpeiros, não só nas áreas indígenas como nas cidades. Há ainda as doenças tropicais.”(Freire, 2005 : 239) Na introdução do *Sistema de Proteção aos Índios Isolados*, existe uma ode aos sertanistas mortos, como uma honraria à uma linhagem ancestral:

Nós que exercemos esta profissão tão especial, não podemos também nos esquecer de inúmeros companheiros que perderam suas vidas no estrito cumprimento do dever, tais como Fioravante Esperança morto a golpes de borduna com sua turma em 1914 no Ribeirão dos Patos por Kaingangs recém-contactados; Genésio Pimentel e sua equipe, mortos por Xavantes em 1941; Humberto Brighia e seus Familiares, em 1942 pelos Waimiri do Amazonas; Gilberto Pinto Figueiredo, em 1974; Jaime Pimentel, no Javari em 1975; Possidonio Bastos e Acrísio Nunes no Aripuanã/RO; e tantos outros que só a memória pode resgatar. (Funai, 1987)

Como um reflexo desta realidade perigosa, durante minha pesquisa de campo, deparei-me constantemente com os relatos sobre a desistência de funcionários, colaboradores e recém concursados, diante das dificuldades da vida no mato foram constantes. Os desafios radicais da vida sertanista são sublinhados por Orlando Villas Bôas, Apoená Meirelles e Odenir Pinto, por exemplo, segundo matéria da entrevista à revista *Isto É* que os entrevistou em 1986 comentada por Freire:

Orlando Villas Bôas afirmava que ninguém que começou com ele a trabalhar com índios perseverou: o sertanista viu faixa-preta de judô chorar no mato, “jornalista se sujar de medo (...) americano enlouquecer por causa dos mosquitos”. Os irmãos Villas Bôas responsabilizavam a solidão da mata pelo descontrole emocional de indigenistas. Mesmo os corajosos viviam “próximos da loucura e da tragédia”. Na mesma matéria, o sertanista Apoená Meirelles dizia que “a mata funciona às vezes como espelho (...) se a pessoa está com problemas, eles aparecem muito claramente diante dela. E não há para onde fugir. Não dá para visitar um amigo ou pegar um cinema”. O sertanista Odenir Pinto de Oliveira falou dos obstáculos para os indigenistas: “se ele escapa dos mosquitos, da malária, da solidão, dificilmente escapará da burocracia e da luta política interna da FUNAI”.

(Freire, 2005 : 102).

Durante meu estágio na CGIIRC, diversas vezes encontrei com sertanistas e técnicos indigenistas que relatavam suas situações de risco, pela mão de criminosos armados, como aconteceu com o técnico indigenista Gerson Levi, que me mostrou orgulhoso a cicatriz deixada por uma barra de ferro que trespassou seu queixo, quando agredido por um madeireiro ilegal, ou relatou as táticas que usou para fugir de uma escolta de jagunços armados que o estavam coagindo a abandonar seus trabalhos pela FUNAI no Mato Grosso. Há também as mazelas da Malária, como

no caso de Fabrício Viana, antigo Coordenador-Geral substituto da CGIIRC e atualmente lotado na Frente Vale do Javari, que por duas vezes passou mal e se ausentou das reuniões que presenciei, por haver sintomas da doença. Leonardo Patrício narrou que durante seu trabalho como colaborador pelo CTI, antes de ser aprovado no concurso da FUNAI em 2010, contraiu duas malárias por ano de trabalho no Vale do Javari. Cada um dos sertanistas e funcionários que trabalharam com os índios isolados possui marcas e sequelas decorrentes do campo. Este é um dos fatores que os separam dos técnicos que ficam somente no gabinete, o que foi sublinhado por Rieli Franciscato em sua entrevista para Carlos Freire (2005)

O sertanista de campo é o sertanista de fato, o de gabinete nem é sertanista, o sertanista não se forma em Universidade ou gabinete, o sertanista se forma em campo trabalhando com os índios, o trabalho forma a pessoa, você pode até ter uma formação acadêmica, você tem uma teoria mas não tem aquela prática, o sertanista de gabinete eu não considero sertanista, ele não vivenciou nada, sertanista é aquele que vivencia as coisas” (Freire, 2005).

Um dos relatos mais recentes a que tive acesso durante meu campo foi o de José Carlos dos Reis Meirelles, um dos sertanistas mais antigos ainda na ativa, fundador e responsável, por muitos anos, pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira. Recentemente ele foi sucedido pelo seu filho, Artur Meirelles, que dará continuidade ao trabalho do pai. Por um curto período de tempo em 2012, José Carlos Meirelles foi designado para ser o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami, substituindo o coordenador anterior, Michel Idris da Silva, que precisou se desligar das atividades da frente devido à diversas ameaças de morte, por garimpeiros ilegais. Na época que Meirelles se propôs a assumir a Frente ela era mais perigosa e problemática de todas, o que mostrou a confiança que a CGIIRC possui no trabalho de Meirelles. Por motivos de saúde e pela perseguição política por parte dos interesses atrelados ao garimpo ilegal em Roraima, Meirelles acabou não assumindo a coordenação da Frente.

Em 1999, durante os trabalhos de demarcação da T.I. Alto Tarauacá, Meirelles percebeu que a equipe estava cercada por índios isolados e provavelmente sofreria um ataque, que poderia resultar em uma chacina. Foi providenciada a remoção urgente da equipe da FUNAI, em um helicóptero do Exército. O relatório escrito por Meirelles sobre o ocorrido menciona a questão do perigo sofrido pelo sertanista, com o fim de pressionar a FUNAI por providências:

(...) talvez a FUNAI como um todo não saiba do risco que corremos, risco de vida real, e o risco que

um grupo deste porte corre, em tentar um contato conosco, o que os levará, com certeza, à morte. O contato e uma gripe logo após, com as condições que temos hoje (não temos recursos nem para comprar 50 litros de óleo diesel) seria no mínimo um genocídio patrocinado pela instituição oficial que os defende. Estamos pois diante da seguinte situação: ou nos aparelhamos de fato, com mais pessoal e recursos, para podermos proteger de fato a região do Alto Envira, sem colocar em risco a vida do nosso pessoal e muito menos a vida dos índios isolados, ou abandonamos estes grupos à própria sorte, o que os levará rapidamente à extinção. Já não é mais tempo de contarmos só com nossa boa vontade e com uma dose exagerada de SORTE. Já escapei várias vezes, por pura sorte, de morrer flechado, meus companheiros,... da mesma forma. Os índios isolados não sabem o risco que correm, se fizerem contato. Será possível que precisamos todos morrer para que acreditem em nós? (FUNAI, 1999 apud Freire, 2005)

Outro episódio notório com Meirelles aconteceu em seis de junho de 2004, num domingo. Meirelles foi pescar matrinhã numa pequena canoa de emburana, sozinho e munido somente de seu aparato de pesca e uma espingarda calibre .20, numa época em que o rio Envira fica seco e no único local onde o rio encontra o igarapé Xinane (onde fica a base), muito próximo da área onde são avistados os grupos isolados. Exatamente nesta ponto de confluência, tombou um tronco de urucurana, o que estreitou mais ainda a passagem para a canoa. No momento que Meirelles passava pelas raízes suspensas da urucurana, ele sentiu uma pancada forte no rosto, e imediatamente achou que tinha esbarrado em uma das raízes. Quando abriu os olhos após o impacto, percebeu que a pancada foi de uma flecha, provavelmente dos índios isolados, que trespassou seu rosto.

Imediatamente ele arrancou a flecha, percebendo a gravidade da situação, enquanto uma saraivada de flechas começaram a cair na água. Meirelles rapidamente saiu da canoa e correu para a margem em zigue-zague. Quando chegou na praia, começou a gritar por ajuda aos funcionários da base, que estavam a alguns metros do local, e atirou com sua espingarda para cima, assustando os isolados. Foi logo socorrido pelos funcionários e percebeu que não havia sofrido uma lesão na carótida, dado o volume de sangue que estava perdendo pela flechada. Após estancar a hemorragia, Meirelles aguardou uma intensa mobilização de vários atores, o presidente da FUNAI, governador do Estado do Acre, senadores e colegas sertanistas em providenciarem um helicóptero das Forças Armadas para a sua remoção, já que o único acesso da base da Frente Envira para a cidade mais próxima de Feijó (AC), era um percurso de seis dias de canoa. Após ser socorrido pelo helicóptero e medicado, Meirelles foi deslocado por um avião da Força Aérea até a capital Rio Branco, para tratamento e recuperação do ferimento. Seu relatório do acidente, para a CGIIRC em Brasília, resume o espírito de abnegação do sertanista:

Ou protegemos de fato o território destes povos, e digo povos, no plural, porque nesta região existem três povos isolados distintos, ou a flechada que o parente me deu foi em vão. Nem me matou, como provavelmente fizeram com os seus, e nem contribuiu para a paz em seu território, que provocaria o distanciamento saudável entre eles e nós, por nossa incapacidade de controlar invasões de suas terras. Se bem conheço a índole dos parentes, tenho certeza que voltarão para terminar o serviço que ficou pela metade. Vão descobrir que estarei lá, nas cabeceiras do Envira, de novo, até que sua proteção efetiva ou outra flechada nos separe, definitivamente. (FUNAI, 2004)

A questão que pretendo levantar nestes trechos dos relatórios de Meirelles é entender se uma parte do poder político dos sertanistas em promover o isolamento indígena é indiretamente atrelada ao fato do trabalho de proteção e do sertanismo serem atividades perigosas, daí emanando o respeito pela figura do sertanista. Obviamente que eles são agentes com anos de prática, trabalhando junto aos índios, em situações extremas e lugares remotos. Meirelles, em entrevista concedida à Freire em 2002, afirma que o sertanismo é um trabalho como outro qualquer e tenta desmistificar a aura *heróica* dos sertanistas:

É um trabalho como qualquer outro (...) Ninguém é especial, ninguém está querendo prêmio Nobel de coisa nenhuma. É uma opção de vida que você faz e é um trabalho. E o cara que trabalha com eletricidade, pega um choque, não morre eletrocutado nessas torres aí. Isso não vai fazer do cara um herói porque ele morreu eletrocutado. Ele não trabalha com eletricidade? Quem trabalha com eletricidade pega choque, quem mora no mato pega malária, quem trabalha com índio isolado no mato "pega" flechada. Quem é motorista de táxi, o ônibus da companhia (...) passa por cima dele e mata. Você não vai fazer uma estátua em praça pública nem dar o prêmio Nobel da Paz porque isso é a profissão que o cara escolheu (...) No Envira eu posso ser atropelado por uma anta, comido por uma onça (...) o cara que trabalha na FUNAI em Brasília, pode por uma questão conjuntural pegar uma bordunada de um Kayapó na cabeça (Meirelles, 2002 apud Freire, 2005 : 256).

Nos dois relatórios escritos por Meirelles, existe um discurso de auto-sacrifício para pressionar politicamente a FUNAI, já que o sertanista evoca em ambos os documentos que a segurança dos índios está acima da sua, podendo morrer cumprindo a sua missão. Como Meirelles afirmou em 2002, existem inúmeros profissionais que morrem tragicamente cumprindo seu trabalho. Porém há algo no sertanismo que evoca esta natureza heróica, que Freire explora em sua tese quando trata da Medalha do Mérito Indigenista. Instituída pelo decreto no 71.258 (13/10/1972), era outorgada

anualmente pelo Ministro do Interior no dia do índio “a brasileiros ou estrangeiros que se distinguirem pela prestação de serviços relevantes, em caráter altruístico, relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades silvícolas do País” (Magalhães, 2003, p. 84 apud Freire, 2005 : 340)

Três sertanistas que foram eleitos *heróis nacionais* e receberam esta medalha – Rondon e os irmão Villas Bôas – também foram nomeados para o prêmio Nobel da paz. Rondon faleceu antes da premiação, em 1957 e por isso não foi agraciado. Já os Villas Bôas retiraram a candidatura, quando descobriram que iriam competir com madre Teresa de Calcutá. No caso dos Villas Bôas, os critérios de seleção usados para apresentar a sua candidatura ao comitê do prêmio Nobel foram, como relata Freire:

No plano individual, enfocava as atitudes de solidariedade humana, análoga à da Cruz Vermelha Internacional; 2) no plano social, o fato de viverem correndo riscos para evitar o choque do contato das culturas indígenas com a sociedade nacional; 3) cientistas em geral, de antropólogos a biólogos, tinham dívidas com os irmãos pelo seu apoio às pesquisas; 4) internacionalmente, eram reconhecidos como símbolo da defesa do índio americano; 5) em termos políticos, a “mensagem humanística” era a de preservação física e cultural dos grupos indígenas ainda isolados, realizando atrações para diminuir o choque inevitável do contato entre duas civilizações. (Freire, 2005 :339 grifos meus)

Sydney Possuelo também foi agraciado com a medalha, assim como Romero Jucá, presidente da FUNAI na época da mudança da política de atração para a de proteção do isolamento. Entender como que esta situação de risco extremamente específica é capitalizada pelos sertanistas foi a direção que mais me interessou para a continuação da pesquisa no futuro. Uma das situações emblemáticas que presenciei em campo, foi a já citada invasão da base do Envira, por grupos armados ligados ao narcotráfico, em 2011. Quando a polícia federal se ausentou da base, deixando-a a mercê de outro ataque destes narcotraficantes, os funcionários, não obstante, continuarem na base para proteger os índios, pondo em risco suas vidas, Carlos Travassos, o coordenador geral em Brasília, voou às pressas para a base, com o fim de apoiar as demandas da FUNAI por proteção da polícia federal.

As ações descritas comunicam um comprometimento com o trabalho e o ideal indigenista abnegado. O sertanismo, pareceu-me não só uma categoria ocupacional, como Meirelles afirma na entrevista de 2002, mas sim uma trajetória de vida onde não há uma distinção clara entre vida

pessoal e profissional, um estilo de vida. Há também a transmissão geracional do estilo de vida sertanista: Apoená Meirelles, filho de Francisco Meirelles se tornou um indigenista renomado, foi presidente da FUNAI entre 1985 e 1986, sendo também agraciado pela medalha do Mérito Indigenista, enquanto Artur Meirelles, filho de José Carlos Meirelles, substituiu seu pai na função de coordenador da Frente Envira. De modo geral, me parece possível afirmar que o comprometimento pessoal com o ideal indigenista, e as práticas de trabalho que constantemente provocam situações de extremo risco e testam os limites do corpo são fatores que capitalizados politicamente pelos sertanistas, no sentido de fortalecer sua posição ao ponto de torná-los capazes de redefinir radicalmente a política de proteção dos índios isolados.



Foto: Carlos Travassos, Francisco Meirelles e seu filho Artur Meirelles, na base da FPE Envira durante a crise com os narcotraficantes peruanos, 2011. Fonte: Altino Machado

Fear of the dark, fear of the dark
I have a constant fear that something's
Always near
Fear of the dark, fear of the dark
I have a phobia that someone's
Always there
(Iron Maiden, *Fear of The Dark*, 1992)



Alguns casos do isolamento

Neste capítulo tratarei de três casos específicos de isolamento lidados pela CGIIRC, com os quais me deparei durante a pesquisa. Cada um foi fruto de uma conjuntura de fatores que mobilizou diferentes interpretações da natureza do isolamento: conjuntamente mostram que o parâmetro pensado pelos sertanistas para definir as diversas ações de proteção dos grupos isolados – que incluam potencialmente o contato – é o da constatação de risco iminente de vida destes índios.

Índio do Buraco

Em 1985, a FUNAI recebeu uma denúncia de um massacre de índios perto de Chupinguaia, em Rondônia, pretensamente motivado pelo fato de que os índios estavam habitando uma parte de uma fazenda privada, localizada na gleba Corumbiara. Caso os indígenas fossem contatados, o fazendeiro perderia a posse deste pedaço da gleba, o que motivou uma operação de “queima de arquivo”. A primeira investigação do massacre não conseguiu reunir provas contundentes do

envolvimento do fazendeiro, mas obteve indícios de que havia uma comunidade indígena na área. Dez anos depois, uma outra denúncia envolvendo índios isolados mobilizou a ida ao campo dos sertanistas Marcelo dos Santos (presente na primeira investigação) e Altair Algayer (atual coordenador da Frente Guaporê), além de dois jornalistas da Folha de São Paulo. Nesta nova investigação, os sertanistas acabaram contatando dois grupos distintos de índios isolados, sobreviventes dos massacres anteriores, os Akunt'su e os Kanoê. O momento do contato foi registrado em vídeo e é o tema central do documentário *Corumbiara* (2009) de Vincent Carelli.

Além destes dois grupos, um terceiro índio foi encontrado nas proximidades do rio Tanaru. Aparentemente o único remanescente de seu grupo, ele possui uma peculiaridade que é a de cavar buracos profundos, dentro uma maloca, o que lhe rendeu a alcunha de Índio do Buraco. Devido ao caráter extremamente vulnerável deste índio, por ser um único indivíduo que ocupa uma área minúscula, circundada por fazendas, os primeiros esforços dos sertanistas foram focados em contatá-lo o mais rapidamente possível. Porém o índio se mostra obstinado em rechaçar qualquer aproximação dos sertanistas e não demonstra nenhum interesse em ser contatado. A solução da CGIIRC para este caso foi providenciar rapidamente a interdição da área e acompanhar à distância o índio. Já os Akunt'su e Kanoê estão atualmente com uma base de vigilância nas proximidades de sua área, que foi demarcada e nomeada T.I. Omerê, sendo reconhecidos como índios de recente contato.

Figura 3 – Índio do Buraco



Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA)

Os Piripkura

Os dois representantes de um grupo de cerca de 20 pessoas que foi contatado na década de 1980, chamados de *Piripkura* pelos índios Gavião que habitam a área próxima de onde eles foram avistados, chamados Titiu e Mondé, possuem um histórico errático de contato com a FUNAI. Após anos sem informações sobre o grupo, a FUNAI recebeu uma denúncia que de uma índia, que foi chamada de Rita, estava se prostituindo para os peões de uma fazenda na área em troca de alimentos e roupas. Após a intervenção da FUNAI, foi confirmado que ela era integrante do grupo desaparecido, o que motivou a formação de um grupo de estudos e de vigilância na área. Após alguns anos, foram encontrados Titiu e Mondé.

A FUNAI tenta estabelecer um contato permanente com os índios, porém eles frequentemente “desaparecem”, após alguns dias de convívio com os indigenistas. Em duas ocasiões, Titiu e Mondé contactaram os agentes da FUNAI, pois estavam doentes, sendo que um deles precisou de uma intervenção cirúrgica para remover pedras na vesícula. A FUNAI promove expedições regulares na área, para arrefecer as investidas dos madeireiros e vigiar os índios. Apesar do desejo dos sertanistas em contactá-los definitivamente, os dois índios não se mostram interessados em estabelecer esta relação.

Figura 4 – Titiu e Mondé



Fonte: FUNAI

Os Korubo isolados do Vale do Javari.

Os Korubo, também conhecidos como *índios caceteiros*, são notórios por serem agressivos e manusearem com extrema elegância e eficiência uma borduna bem longa, entre 1,5 metros e 1,8 metros. Carlos Travassos uma vez me descreveu como é este ataque de borduna, em um movimento fluido onde a borduna é girada com ambas as mãos e quase sempre atinge de forma fatal a vítima. Em 1996, um grupo destes índios foi contatado por Sydney Possuelo, assim sendo nomeados os Korubo do igarapé Quebrado, em contraste com o outro grupo maior que continua isolado. Em 1997, este grupo contatado de Korubo matou o auxiliar de sertanista Raimundo Magalhães, quando protestavam por demandas de assistência da FUNAI e frequentemente demonstram que potencialmente irão recorrer a violência em encontros com funcionários da Frente Vale do Javari, caso suas demandas não sejam assistidas pela FUNAI.

É documentada pela CGIIRC que o grupo ainda isolado dos Korubo mostram indícios claros de que querem fazer contato. Há avistamentos de Korubos em uma praia acenando para barcos que passam pelo rio Ituí, convidando os passageiros dos barcos para descerem na margem por meio de gestos. Também as vezes os Korubo mostram artesanatos e outros utensílios, indicando que querem realizar trocas de presentes. Mesmo sabendo do interesse dos Korubo em contatarem outros agentes, a CGIIRC mantém a política de isolamento, proibindo o contato e fiscalizando esta parte do rio, além de promover encontros educativos com os Mati, Kanamari e Marubo, grupos indígenas já contatados há anos que dividem o espaço do Vale do Javari e que historicamente fazem contato com os Korubo.

Em Abril de 2012, os Korubo isolados atacaram um grupo Kanamari no rio Coruene, afluente do rio Itaquai, um trecho fluvial que os Kanamari utilizam para transitar até Tabatinga e passa na frente da área de ocupação dos isolados. Dois homens e uma mulher foram mortos, além de que duas crianças foram raptadas. Este fato prontificou uma controvérsia na CGIIRC por dois motivos: em primeiro lugar, há a possibilidade de uma represália violenta dos Kanamari para vingar seus parentes mortos e os Kanamari são contatados há anos e utilizam armas de fogo, o que poderia configurar em um massacre contra os Korubo. Em segundo lugar, o rapto de duas crianças de uma comunidade atingida por diversas doenças endêmicas do Vale do Javari, principalmente a hepatite, é um quadro de alto risco à imunidade dos isolados, pois provavelmente as crianças foram raptadas para casarem com integrantes do grupo isolado, uma prática uma vez recorrente na região entre

Korubos, Matis e Kanamari, que foi controlada com a intervenção da FUNAI. Diante destes fatos, houve uma rodada de reuniões na CGIIRC em Brasília com o fim de discutir se seria necessário contatar os Korubo para garantir a sua proteção. Infelizmente minha pesquisa de campo terminou antes que pudesse coletar mais dados sobre esta situação.

Figura 5 – Índios Korubo se aproximando de uma embarcação no Vale do Javari



Fonte: Ana Paula A. De Melo

Conclusão

I went to the woods because I wished to live deliberately, to front only the essential facts of life, and see if I could not learn what it had to teach, and not, when I came to die, discover that I had not lived. I did not wish to live what was not life, living is so dear; nor did I wish to practise resignation, unless it was quite necessary. I wanted to live deep and suck out all the marrow of life, to live so sturdily and Spartan-like as to put to rout all that was not life, to cut a broad swath and shave close, to drive life into a corner, and reduce it to its lowest terms.

(Henry David Thoreau, *Walden: Or Life in The Woods*)



Os sertanistas, ao longo da história, definiram os métodos de contato com os grupos indígenas que ainda não tinham sido contatados pelo Estado. São profissionais que lidam com um trabalho complexo, que não possui uma sistematização rígida e seus métodos são aprendidos na prática. Esta monografia foi um esforço de entender as práticas sertanistas, em particular a mudança de paradigma na política indigenista do Estado, quando a obrigatoriedade do contato como

objetivo das ações perante os isolados foi convertido em um esforço em proteger o seu isolamento. Entender a natureza deste isolamento, como ela é pensada pelos sertanistas e como ela é configurada no dia a dia dos trabalhos da CGIIRC, assim como entender as consequências deste isolamento, seria matéria para uma continuidade da pesquisa proposta nesta monografia.

Como o tema de pesquisa é riquíssimo e complexo, decidi me focar no entendimento de como os sertanistas conseguiram se mobilizar politicamente para transformar a política indigenista do Estado e promover o isolamento. Especificamente, entender como a figura do sertanista é composta por um “mérito” derivado de um trabalho marcado por diversos riscos e que submete o corpo à provas de todos os tipos. Como não pude complementar meus dados de pesquisa com entrevistas, a maior parte desta monografia dialogou com a tese de Carlos Freire, que é focada na trajetória de vida e as ações políticas de vários sertanistas emblemáticos para a política indigenista.

Também foi meu esforço apontar para uma das questões que não foram abordadas por Freire, que é a natureza da ideia do isolamento e como se deu este processo. Atualmente a FUNAI aplica, por meio da CGIIRC e seus sertanistas, as ações e práticas desenvolvidas pela experiência sertanista ao longo do Séc. XX, ao mesmo tempo que é entendido pelos sertanistas que a vontade dos indígenas é de se isolar. É claro que este não é sempre o caso, e muitas vezes avalia-se que o desejo de isolamento não poderia ser respeitado pelo Estado sem prejuízo para os índios. Existem assim tanto situações onde os sertanistas avaliam que o isolamento é mais perigoso do que o contato, assim favorecendo as práticas de atração, tanto quanto casos onde os isolados explicitamente demonstram que querem estabelecer um contato, porém com os sertanistas evitando ao máximo consolidar este contato.

Pensar o isolamento como medida de proteção destes grupos considerados vulneráveis não perpassa somente a análise da natureza desta vulnerabilidade e a subjetividade do ideal de cada sertanista. Os trâmites burocráticos, as limitações da estrutura administrativa da FUNAI, assim como a conjuntura política da área onde existem as referências de isolados são fatores a serem considerados. A capacidade de cada sertanista de implementar seu ideal e sua interpretação da situação concreta que enfrenta também inclui a sua capacidade de articular alianças políticas com outros setores governamentais e não governamentais, alianças não centralizadas pela CGIIRC. Outro processo atualmente em curso é a profissionalização dos sertanistas no Séc XXI. A nova geração de técnicos indigenistas e sertanistas que trabalham na CGIIRC cada vez mais possui formação superior e utiliza recursos tecnológicos que exigem um conhecimento técnico específico. Se a ideia que guiou esta monografia – a de que existe uma relação entre experiência vital dos

sertanistas, sua interpretação da situação e condição de “índios isolados”, e o modo como atua(ra)m ou o papel que desempenha(ra)m na construção da política para esses índios – esse processo não poderá deixar de influenciar as diversas interpretações futuras do isolamento como política de proteção.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. L'histoire des Amérindiens au Brésil. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 57, No. 5 (Sep. - Oct., 2002), pp. 1323-1335: EHESS.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um Projeto de civilização no Brasil do Século XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BONNICI, Thomas. "Alteridade na Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil." *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* 22 (2008): 51-58.

BRASIL. Estatuto do Índio. *Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*, 1973

CAMINHA, Pero Vaz De. *Carta a El Rei D. Manuel*. Dominus : São Paulo, 1963.

CARELLI, Vincent. *Corumbiara*. [filme-video]. Video nas Aldeias, 2009. Dvd, 117 min. Documentário.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Imagens de índios do Brasil no século XVI. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DE OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. UNESCO, 2006.

D'OLWER, Luis Nicolau (org). *Cronistas de las Culturas Precolombianas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

DIACON, Todd A. "Cândido Mariano Da Silva Rondon and the politics of indian protection in Brazil." *Past & present* 177.1 (2002): 157-194.

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: Séculos XVI, XVII, XVIII*. 2ª ed. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1989.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas sertanistas. Práticas e representações do campo indigenista no século XX*. Tese de doutorado em antropologia social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, Luís Adão da. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 16, Dec. 1992 .

FUNAI. I Encontro de sertanistas. Brasília : FUNAI, 1987.

FUNAI. *As lições de domingo*. Relatório da CGII. 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. El mito bandeirante: élite brasileña, cultura material e identidad. *Boletín de Antropología Americana* 24, 110-122, 1997.

GALLOIS, Dominique. De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados. *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, p. 121-134, 1992.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUERRA, Jorge Augusto O. et al . Leishmaniose visceral entre índios no Estado de Roraima, Brasil: aspectos clínico epidemiológicos de casos observados no período de 1989 a 1993. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, Uberaba, v. 37, n. 4, Agosto. 2004.

HUERTAS CASTILLO, Beatriz. 2002. Los Pueblos Indígenas em Aislamiento: su lucha por la sobrevivência y la libertad. Copenhague, Dinamarca: IWGIA - Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas.

ISA, Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil*. 2005. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/faq>>. Acessado em: 17/10/2012.

KIRSCH, Stuart. Lost Tribes: Indigenous People and the Social Imaginary. *Anthropological Quarterly*. Vol. 70, No. 2, (Abril, 1997. pp. 58-67. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3317506>>. Acessado em 10/01/2013.

LANGFUR, Hal. The Return of the Bandeira: Economic Calamity, Historical Memory, and Armed Expeditions to the Sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808. *The Americas*, Vol. 61, No. 3, Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil (Jan., 2005), pp. 429-461

LANGFUR, Hal. Uncertain refuge: frontier formation and the origins of the Botocudo war in late colonial Brazil. *Hispanic American Historical Review* 82.2 (2002): 215-256.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: 26/10/2012.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil*. Vozes, 1976.

MANSO, Maria de Deus. A Sociedade Indiana e as Estratégias missionárias: 1542-1622. *Portuguese Studies Review*, 9. 2001

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica européia. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 44, fev.2007.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.

METCALF, Alida C. .The Entradas of Bahia of the Sixteenth Century. *The Americas*, Vol. 61, No. 3 (Jan., 2005), pp. 373-400

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo, Campinas, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750 – 1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PIGAFETTA, Antonio. *Primer viaje al rededor del mundo*. Linkgua, 2011.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: A Representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RAMOS, Alcida. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison : The University of Wisconsin Press, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1979.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil. *Tellus*, nº 3, Campo Grande, outubro de 2002.

_____. *O Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes. 1995.

_____. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da “proteção fraternal” no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

VAZ, Antenor. *Isolados no Brasil-Política de Estado: da tutela para a política de direitos, uma questão resolvida*. Brasília: IWGIA, p. 2009-91, 2011.